

FUNACI 30 ANOS

TRAJETÓRIA E CONTRIBUIÇÕES PARA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PIAUIENSE



FUNACI 30 ANOS:

trajetória e contribuições para
educação profissional piauiense



Narcizo de Souza Chagas
Juscelino Gomes Lima
Jeferson Luís Marinho de Carvalho

FUNACI 30 ANOS: trajetória e contribuições para educação profissional piauiense

2022

Conselho Editorial

Dr. Clívio Pimentel Júnior - UFOB (BA)

Dra. Edméa Santos - UFRRJ (RJ)

Dr. Valdriano Ferreira do Nascimento - UECE (CE)

Dr^a. Ana Lúcia Gomes da Silva - UNEB (BA)

Dr^a. Eliana de Souza Alencar Marques - UFPI (PI)

Dr. Francisco Antonio Machado Araujo – UFDF (PI)

Dr^a. Marta Gouveia de Oliveira Rovai – UNIFAL (MG)

Dr. Raimundo Dutra de Araujo – UESPI (PI)

Dr. Raimundo Nonato Moura Oliveira - UEMA (MA)

Dra. Antonia Almeida Silva - UEFS (BA)

FUNACI 30 ANOS: TRAJETÓRIA E CONTRIBUIÇÕES PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PIAUIENSE

© Narcizo de Souza Chagas - Juscelino Gomes Lima

Jeferson Luís Marinho de Carvalho

Organização

Editoração

Acadêmica Editorial

Diagramação

Danilo Silva

Capa

Marcus Vinicius Machado Ramos

Ficha Catalográfica elaborada de acordo com os padrões estabelecidos no
Código de Catalogação Anglo – Americano (AACR2)

C426f Chagas, Narcizo de Souza.

FUNACI 30 anos [recurso eletrônico]: trajetória e contribuições
para educação profissional piauiense / Narcizo de Souza Chagas,
Juscelino Gomes Lima, Jeferson Luís Marinho de Carvalho. –
Parnaíba, PI: Acadêmica Editorial, 2022.
E-book.

ISBN: 978-65-5999-061-0

1. Fundação Padre Antônio Dante Civiero (FUNACI).
2. Educação Profissional e Tecnológica (EPT). 3. Educação profissional.
I. Lima, Juscelino Gomes. II. Carvalho, Jeferson Luís Marinho de.
III. Título.

CDD: 378.013

Bibliotecária Responsável:
Nayla Kedma de Carvalho Santos – CRB 3ª Região/1188

DOI: 10.29327/566639

Link de acesso: <https://doi.org/10.29327/566639>

AGRADECIMENTOS

À minha esposa, Conceição de Maria Lopes Freitas Chagas, pelo apoio, incentivo e afeto nessa caminhada do ProfEPT, sem ela tudo teria outro rumo.

Ao Pe. Humberto Pietrogrande, SJ. (In memoriam) pelo legado; o belo trabalho realizado na defesa da vida dos que mais precisam, por contribuir pelo crescer e fazer crescer de tantas pessoas que passaram por suas obras e puderam construir seus projetos de vida.

Aos gestores da FUNACI, Paulo César dos Santos Cruz (Presidente), Antônio Carvalho (Vice Presidente), Vania Vieira da Costa e Silva (Superintendente), Prof. Francisco Gabriel Filho (Diretor da EFA Montes Claros), Prof. Domingos de Sousa Loura (Diretor da EFA Soinho), Prof. Thalisson Rafael Pereira de Andrade Silva, (Diretor da EFA São Pedro), Prof. José Osnir de Oliveira Silva (Diretor da EFA Baixão do Carlos), Prof. Márcio Alexandre de Sousa Cruz (Diretor da Escola Família de Turismo), Bento Alves da Silva (Diretor do CACN), Maria Irene de Oliveira Costa (Ex-diretora do CACN) e a todos os colaboradores que contribuíram com a pesquisa.

Ao meu orientador Prof. Dr. Juscelino Gomes Lima (IFPI) e ao Co-orientador e Coordenador Local do ProfEPT, Prof. Dr. Jeferson Luís Marinho de Carvalho (IFPI), pelo apoio, incentivo e persistência nos momentos difíceis deste percurso acadêmico.

De igual modo, estendo esses agradecimentos aos membros da Banca Prof^a Dra. Jalva Lilia Rabelo de Sousa (IFPI) e ao Prof. Dr. Ariosto Moura da Silva (UFPI).

Ao IFPI pela oportunidade e pelo investimento na formação humana integral de profissionais capazes de colaborar com a construção de um mundo melhor, mais justo e digno para todos e todas.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
APRESENTAÇÃO.....	9
O FUNDADOR.....	13
O HOMENAGEADO	16
CAPÍTULO 1 - BASES HISTÓRICAS E CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT).....	17
<i>Educação Profissional Técnica de Nível Médio</i>	<i>19</i>
<i>Passos para um sistema de educação profissional e tecnológica brasileira</i>	<i>20</i>
<i>Novos caminhos para a EPT.....</i>	<i>21</i>
<i>Educação do campo: a alternância nas escolas famílias</i>	<i>22</i>
<i>Escolas Família Agrícola no Brasil</i>	<i>26</i>
CAPÍTULO 2 - BASES FUNDACIONAIS DA FUNACI E A ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	30
<i>Pioneirismo na criação de Escolas Família de educação profissional no Piauí</i>	<i>33</i>
<i>Unidades de Ensino da Educação Profissional</i>	<i>37</i>
<i>Gólgota: a Mística da FUNACI.....</i>	<i>63</i>
<i>Resiliência e transformação na caminhada</i>	<i>64</i>
REFERÊNCIAS.....	67
SOBRE OS AUTORES	70

PREFÁCIO

O tema da obra “FUNACI 30 Anos: trajetória e contribuições para educação profissional piauiense” é uma iniciativa de admirável relevância para o jeito especial de ser e fazer funaciano, ou seja, dos membros e apoiadores da FUNACI. O livro traz, aos leitores, uma visão panorâmica de como se deu a inspiração à oferta colaborativa de Educação Profissional para os jovens Piauienses, com as contribuições da organização ao longo dos seus 30 anos de constituição jurídica.

Nesse sentido, as perspectivas trazidas por esta obra chamam nossa atenção para a importância perene de reflexão sobre o arcabouço educacional semeado e desenvolvido em solo piauiense, a partir de meados de 1986. Menciona-se, pois, que, o padre missionário jesuíta, Humberto Pietrogrande, em face de uma realidade desafiadora e uma juventude sedenta de desenvolvimento integral, sentiu o chamamento a instalar uma pedagogia diferente das já vistas aqui no Piauí, mas com importantes resultados registrados no estado do Espírito Santo, unidade federativa que introduziu no Brasil essa forma diferenciada em educar, a pedagogia da alternância.

Nesse íterim, Padre Humberto não mediu esforços para que fossem edificadas física e pedagogicamente as inéditas Escolas Família Agrícola da FUNACI. E, junto desse histórico protagonismo veio um sonho, a idealização eficaz de fortalecer o homem do campo - integralmente - com ênfase na transformação produtiva do meio em que vive e na manutenção de sua permanência na comunidade na qual está inserido. Além disso, estabeleceu o rompimento com a educação tradicional bancária pela proposta do protagonismo das juventudes e da formação técnica atenta ao homem na integralidade de suas dimensões.

Desse modo, podemos constatar, pela leitura atenta da obra do pedagogo Narcizo de Souza Chagas, um importante passeio pela trajetória funaciana na atuação educacional e educação profissional. Através desta, também é possível vibrar com a visibilidade conferida à instituição pelo seu estudo desenvolvido ao longo dessa caminhada acadêmica no Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Ainda podemos constatar e nos alegra que a pesquisa

realizada aponta significativos caminhos de melhorias, revisões, bem como reforça a continuidade das ações de formação profissional, cidadã e humana integral das juventudes campestinas e das periferias urbanas do nosso Piauí.

Paulo César dos Santos Cruz
Presidente

Vania Vieira da Costa e Silva
Superintendente

APRESENTAÇÃO

O presente livro é resultado da Pesquisa *Guia Memorialístico da FUNACI: três décadas de trajetórias e contribuições na educação profissional e tecnológica no Piauí (1989 a 2019)*, desenvolvida pelo discente Narcizo de Souza Chagas no âmbito do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), na linha de pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), no período de 2019 a 2021.

O ProfEPT é um programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – a nível de mestrado profissional – ofertado em rede, pertencente à área de Ensino e reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação (MEC). O autor foi selecionado para compor a 1ª turma do IFPI Campus Parnaíba, em vaga direcionada para a comunidade.

Como requisito para a conclusão dos créditos acadêmicos, se fez necessária a realização de uma pesquisa, com defesa de dissertação e elaboração de um produto educacional. Este, objetivando contribuir para a área de ensino da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Para tanto, foi escolhida – pelo autor – a Fundação Padre Antônio Dante Civiero (FUNACI), como objeto da pesquisa, em razão de o autor ter tido contato com a Escola Família Agrícola do Bley no município de São Gabriel da Palha, no Estado do Espírito Santo, em 1996. Isso se deu a convite dos jovens daquela comunidade, o que despertou empolgação neste pesquisador com a metodologia de ensino adotada, bem como pela prática vivenciada pelos alunos e o papel social dos docentes.

Posteriormente, já morando no Piauí, conheci a FUNACI, mantenedora de Escolas Famílias Agrícolas, pioneira no estado com a criação da EFA Montes Claros, no município de Aroazes/PI. Ademais, outro acontecimento decisivo foi a comemoração dos 30 anos da instituição em 2019, demarcando sua caminhada na atuação nas áreas de saúde, educação regular, educação profissional e assistência social, bem como a vocação de prestar serviços sociais voltados à inclusão social dos mais pobres, dos excluídos, e que podem

– a partir de oportunidades educacionais e sociais – alterar sua condição e emanciparem-se no exercício da cidadania e dos direitos humanos, sociais, econômicos e culturais.

A pesquisa, portanto, foi uma possibilidade de imersão na trajetória e nas memórias da caminhada, com foco, na EPT, a partir das unidades de ensino¹; Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), Escola Família de Turismo (EFTUR) e do Centro de Aprendizagem Carlo Novarese (CACN). Nesse sentido, foram observados os elementos que configuram a criação de cada unidade, elementos da metodologia de trabalho, o desenvolvimento e as transformações ocorridas ao longo do período de 1989 a 2019. Desta forma, pode-se compreender as mudanças ocorridas nesse espaço de tempo, influenciadas pela conjuntura social, política e econômica no país e nos territórios de atuação, os municípios de Teresina/PI, Aroazes/PI e São Pedro do Piauí/PI.

Outrossim, como uma instituição em que suas atividades estão comprometidas com a promoção e a garantia de direitos dos cidadãos, através de suas ações institucionais, a FUNACI está legalmente constituída como uma fundação privada sem fins econômicos, mantenedora de escolas, com uma metodologia educativa, diferenciada e reconhecida pelo sistema educacional brasileiro. A referida forma – pedagogia da alternância – foi desenvolvida na França no século XIX e trazida ao Brasil pelo Padre Humberto Pietrogrande, membro da Companhia de Jesus (Jesuítas) – implementada pioneiramente na cidade de Anchieta/ES, no povoado de Olivânia, através da criação da primeira Escola Família Agrícola no Brasil.

No Piauí, quando da criação da FUNACI em 1989, se instalaram as primeiras Escolas Famílias Agrícolas do Estado, tendo o Pe. Pietrogrande contribuído para o pioneirismo da alternância também no estado. Nessa metodologia de ensino os alunos permanecem um período na escola, em forma de internato e outro em casa com a família, colocando em prática os aprendizados escolares e aprofundando-os no contexto prático vivencial no ambiente produtivo familiar, isso se dá por meio de um acompanhamento pedagógico realizado pelos educadores (monitores). Sendo assim, é inovador e revolucionário no sentido de promover a vivência teoria e prática no ensino-aprendizagem no campo.

Nesse processo, foram vivenciados momentos de mobilização e participação comunitária na criação das EFAs, inclusive como parte da própria metodologia, e no processo de mudanças nos níveis de ensino, do primeiro grau para ensino fundamental, de segundo grau para o ensino médio, conforme as mudanças

1 EFA Montes Claros (Aroazes/PI), EFA São Pedro (São Pedro do Piauí/PI), EFA Soinho, EFA Baixão do Carlos, EFTUR e CACN (Teresina/PI).

na legislação nacional. Destaca-se ainda a inclusão da modalidade de educação profissional técnica de nível médio, nas formas: integrado e subsequente ao ensino médio, agregando elementos estratégicos para a formação profissional dos adolescentes e jovens, e também para a sustentabilidade das unidades de ensino e da própria FUNACI.

O estudo sobre a trajetória da FUNACI tem como objetivos: identificar os legados e as contribuições para a EPT no Piauí e a elaboração de um produto educacional que contribua para a sistematização da história e possa dar visibilidade acerca da experiência desenvolvida na área do ensino da EPT.

Como resultado da pesquisa sobre a instituição educacional, o livro é uma forma de apresentar a caminhada desenvolvida pela organização com a EPT, despertando o interesse pelo autoconhecimento e provocando o compartilhamento da experiência desenvolvida, aprendizados, desafios, conquistas e avanços pertinentes à fundação, aos interessados internos e externos.

A EPT no Brasil, representa a possibilidade de transformação da vida de milhões de adolescentes e jovens, que por meio da qualificação profissional, do preparo para o trabalho, podem alterar sua condição social, galgando melhores oportunidades de trabalho, renda e sustentação pessoal e familiar.

Ao mesmo tempo, suscita debates no campo teórico, tratando das questões educacionais, bem com do campo político, que orienta a organização e o funcionamento da estrutura educacional. As discussões se dão sobre as formas como são planejadas e desenvolvidas as políticas de EPT no país, quase sempre, direcionadas para o mercado, desprovidas de uma centralidade da formação humana integral dos sujeitos, e desse modo, gerando apenas mão de obra para o setor econômico.

Com as transformações ocorridas nas últimas décadas, o mundo do trabalho brasileiro, sob o efeito das novas tecnologias, e o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e a influência das potências econômicas nas políticas internas, repercutem a disparidade de oportunidades, entre os trabalhadores e a elite brasileira. Aos filhos dos trabalhadores, é ofertada uma educação aligeirada, que os direciona para o mercado como mão de obra, com o único fito de geração de renda para a sobrevivência. Na contramão, aos filhos da elite, uma educação que os encaminha aos melhores postos de trabalho, com melhores salários, e ainda, o prosseguimento nos cursos superiores mais bem colocados no mercado, assim como o aprofundamento da dualidade entre uma educação propedêutica (intelectual) e a tecnicista (manual).

A FUNACI, com uma caminhada de 30 anos com as escolas famílias no Piauí, tem um acúmulo teórico, metodológico e político acerca da pedagogia da alternância devido sua vivência e experiência. No entanto, o momento atual exige, por parte da instituição, uma reflexão e apropriação interna do debate sobre a EPT – nos campos políticos e pedagógicos – sendo uma demanda que deve ser articulada no conjunto dos atores que a compõe. Na sua trajetória educativa, revelada na pesquisa, aponta-se para uma práxis educativa centrada na formação humana integral, especificamente ao desenvolvimento das potencialidades intelectuais, culturais e técnicas, enquanto prática profissional. Logo, corrobora para o avanço da EPT no Piauí e no país, nos cenários das contradições dualísticas.

O livro está dividido em duas partes, a primeira apresenta os fundamentos que orientaram o estudo e as bases para a criação das EFAs no Brasil, na segunda parte, apresenta a caminhada da FUNACI com a educação profissional e as conclusões decorrentes da pesquisa, seção na qual procuramos desvelar as possibilidades futuras da EPT na instituição, que já estão em construção, bem como, a identificação dos legados e das contribuições para o ensino da EPT.

O FUNDADOR



Para compreender a história da FUNACI é preciso necessariamente mergulhar na história de vida do Padre Humberto Pietrogrande, seu idealizador e fundador. Com a sua personalidade forte, determinada e marcante, foi capaz de, junto com seus confrades jesuítas, familiares, amigos, voluntários e apoiadores, criar uma instituição com os objetivos sociais, alinhados ao seu trabalho missionário como sacerdote católico.

Pe. Pietrogrande é filho do advogado Rinaldo Pietrogande e Elisa Romaro, nasceu no dia 01 de abril de

1930 na cidade de Padova na Itália, sua família possuía tradição jurídica e cartorial. Em seu país, Pe. Pietrogrande na juventude foi um lutador contra o fascismo de Mussolini, assim como o pai, que foi político e quando jovem atuou como combatente na 1ª guerra mundial. O fundador, ainda na juventude esteve à frente da Ação Católica em sua paróquia, com forte inspiração da democracia cristã, atuando inclusive no Partido Democrata Cristão italiano. Foi também servidor público como Procurador da República Italiana em 1955, função que exerceu até 1957 – antes de entrar na vida religiosa. Sua atuação na juventude da ação católica repercutiu na perspectiva pastoral e social e nas preocupações com os jovens pobres no Brasil.

Ao chegar no Brasil, em 3 de fevereiro de 1962 em Salvador/BA, teve como destino o município de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Quando entre os anos de 1962 a 1965, estuda Teologia no Colégio Máximo Cristo Rei, onde eram realizados os cursos superiores de filosofia e teologia dos membros da Companhia de Jesus, foi ordenado padre, em 07 de dezembro de 1964. Após a ordenação sacerdotal foi encaminhado para iniciar sua missão paroquial no município de Anchieta/ES, onde pode conhecer a realidade dos imigrantes conterrâneos, que tinham vindo para o Brasil logo após o fim da escravidão

e fugidos da fome durante a 2ª guerra mundial. Essas pessoas viviam uma situação de pobreza e falta de oportunidades para seu desenvolvimento socioeconômico nas terras capixabas, o que sensibilizou o sacerdote.

Pouco tempo depois, Pe. Pietrogrande é enviado de volta à Itália para prosseguir na etapa formativa da Companhia de Jesus, denominada de provação. Esta ocorreu entre os anos de 1966 e 1967, viabilizando a oportunidade de conhecer de perto a experiência das Escolas Famílias Agrícolas em seu país, o referido sacerdote articula parceria e apoio para que essa pudesse ser uma possibilidade de intervenção na realidade do Espírito Santo.

Ainda no período de 1967, cria em Padova, na Itália, a Associação dos Amigos do Espírito Santo - Centro de Colaboração Comunitária (AES/CCC), para arrecadar fundos de investimento aos seus projetos no Brasil. Seu retorno ao país, foi a oportunidade, de acompanhado de italianos dispostos a ajudá-lo, iniciar o trabalho com a criação do Movimento de Promoção Educacional do Espírito Santo (MEPES) –no 26 de abril de 1968, quando foi responsável pela organização da primeira Escola Família Agrícola (EFA) do Brasil, com a participação da comunidade, políticos, religiosos e do poder público, no município da Anchieta/ES, na comunidade rural de Olivânia.

Assim, deu-se o primeiro passo para o que ser tornaria a maior inovação no ensino na área rural brasileira, acolhendo a realidade dos camponeses e articulando um modelo educacional que promove a integração do saber científico e o saber popular, uma nova forma de fazer educação contextualizada no campo. Essa experiência baseada na alternância, períodos escolares e na comunidade se materializou e se espalhou pelo Espírito Santo e pelo Brasil.

Pe. Pietrogrande foi o primeiro presidente do MEPES, dirigindo-o por mais de 18 anos, criando além das EFAs, creches e um hospital, desenvolvendo projetos e ações de cunho assistencial para pessoas e famílias extremamente pobres, visando o despertar do seu potencial humano, social e econômico, uma das características de sua ação pastoral e social era empoderar as pessoas, ajudá-las no desenvolvimento de suas capacidades – de por elas mesmas – encontrarem saídas para seus problemas e a transformação da realidade sociocomunitária, o que denominamos hoje de empoderamento dos sujeitos.

O supracitado sacerdote foi transferido para o Piauí em 1985, assumindo a Paróquia do Divino Espírito Santo e as obras sociais da Companhia de Jesus, como a direção da Escola Agrícola Santo Afonso Rodriguez, no Bairro Socopo em Teresina/PI, bem como o acompanhamento de outros serviços da comunidade religiosa da qual fazia parte. Ele tinha a missão de desenvolver um trabalho sócio pastoral com a população das comunidades em que atuava. Replicando o modelo desenvolvido no MEPES, criou a primeira Escola Família Agrícola

do Estado no município de Aroazes/PI, nas terras da Fazenda Montes Claros, propriedade da sua ordem religiosa que tinha como objetivo o fornecimento de alimentos e carnes para as casas da congregação.

Por conseguinte, contou com apoio da equipe do MEPES para o desenvolvimento das ações sociais no Piauí, e em 12 de outubro de 1989 cria a FUNACI – Fundação Padre Antônio Dante Civiero, com o propósito de desenvolver ações nas áreas da saúde, educação e assistência social. Ao longo de 26 anos à frente da instituição, criou creches, EFAS, Escola Família de Turismo (EFTUR), o Centro de Aprendizagem Carlo Novarese, o Hospital São Carlos Borromeu, assumindo ainda a gestão de vários serviços e projetos de assistência social da Prefeitura de Teresina.

Pe. Pietrogrande após o período de um ano com problemas de saúde e mantendo-se fiel aos seus valores de simplicidade, foi tratado e acompanhado no Hospital São Carlos Borromeo, vindo a falecer no dia 05 de agosto de 2015, seu sepultamento ase deu em Teresina/PI, deixando um legado pastoral e social no Brasil.

O HOMENAGEADO



O Pe. Antônio Dante Civiero, SJ nasceu no dia 08 de agosto de 1926, na cidade de Castello Di Godego (Treviso) na Itália, filho de pais agricultores, entrou na Companhia de Jesus aos 17 anos, em plena 2ª Guerra Mundial. Estudou humanidades, filosofia, teologia e ainda iniciou agronomia na Universidade de Padova (não concluído), sendo ordenado sacerdote em 14 de julho de 1957.

Veio para o Brasil em 1958, onde esteve à frente de várias missões jesuítas na Bahia, Espírito Santo e no Piauí. No estado fundou a Escola Agrícola Santo Afonso Rodriguez, no

ano de 1963, em Teresina/PI, a primeira do gênero. Trabalhou ainda na Fazenda Monte Belo em Valença/PI e acompanhou o nascer da Fazenda Montes Claros em Aroazes/PI. Sua última missão no estado foi como pároco no município de Monsenhor Gil/PI.

O Pe. Antônio Dante Civiero, SJ teve uma trajetória de trabalho pastoral sempre ligada às questões das comunidades rurais, atuando e vivendo na realidade do campo. Faleceu em Salvador, no ano de 1988, após sofrer de um tumor no cérebro. Recebeu a homenagem do Pe. Pietrogrande, dando nome à FUNACI.

CAPÍTULO 1

BASES HISTÓRICAS E CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)

O debate sobre a história da EPT no Brasil, bem como a ação do Estado em relação às políticas de desenvolvimento e de assistência aos desvalidos estão ligados ao sistema econômico capitalista. Portanto, sua ação estratégica situa-se na preparação de mão de obra, exclusivamente, para o mercado (RAMOS, 2014).

Nesse sentido, refletir sobre a EPT requer, antes de tudo, fazer um percurso histórico na compreensão de sua implementação pelo governo brasileiro – como política pública de caráter também econômica – de maneira que, ao longo do percurso de seu desenvolvimento, possamos elucidar os propósitos e as implicações para os trabalhadores e para a economia, em suma, para o conjunto do desenvolvimento nacional.

Desse modo, faz-se necessário, do ponto de vista pedagógico, compreender a relação trabalho-educação como princípio de referência para reflexão histórica da EPT no Brasil. Isso posto, enquanto categoria de estudo, é preciso considerar que o trabalho exerce um papel central na sociedade e na vida dos trabalhadores. Portanto, para o debate acerca do papel da educação profissional, é fundamental aprofundar a compreensão dos significados dessa categoria.

Ademais, compreende-se que o trabalho como forma de produção da existência está inserido numa perspectiva ontológica do sujeito social. Ontologia, enquanto etimologia, é o “estudo do Ser” (CIAVATTA, 2019, p. 16). Nessa perspectiva, o Ser é no e pelo trabalho. Assim, o homem é, e se constrói, se afirma e se materializa na dinâmica da sua relação com o trabalho. O trabalho ocupa então, lugar de sentido e significado ontológico na direção da produção da existência social e da vida do trabalhador.

Assim, considerando que vivemos numa sociedade capitalista, em que a centralidade do capital está focada na produção do lucro (mais valia), o trabalhador é instrumental, um meio, objeto, e não um sujeito de produção

da própria vida, logo, do próprio sentido de ser e estar. Na perspectiva do materialismo histórico, na sociedade capitalista, essa relação se objetiva no resultado monetário do produto ou do serviço prestado pelo trabalhador, gerando mais valia para o capitalista, o detentor do capital. Em decorrência, o ser trabalhador ocupa lugar de negação na perspectiva da sua integralidade.

Ciavatta (2019, p. 17) enfatiza que “o ser humano vive e age por meio da cadeia das mediações que são postas em movimento para a produção da vida”. Nesse sentido, a luta por melhores condições de trabalho e de sentido do ser no e pelo trabalho como produção da existência, coloca em xeque as condições materiais para o desenvolvimento do ser humano integral. Por conseguinte, o trabalho passa a ser entendido na sociedade como a forma que o ser humano, com sua capacidade manual e intelectual, executa o esforço produtivo, através da comercialização de seu conhecimento, bem como suas habilidades e técnicas, investidos na cadeia produtiva do mercado, recebendo um salário como contraprestação, nem sempre condizente com as necessidades existenciais.

Diante disso, é fundamental a compreensão acerca do trabalho como ontologia, ou seja, elemento estruturante do ser trabalhador. No pensamento marxista, o ser se constitui e se constrói nas contradições materiais e históricas do lugar social, cultural e econômico do trabalhador – a classe social, de modo que, a condição de trabalhador o coloca numa perspectiva de luta emancipatória e de produção da existência pela conquista da liberdade, contra a exploração.

O trabalho no capitalismo ocupa o lugar central da produção, não como sentido da existência (ser) para o trabalhador, mas como meio para sua subsistência, exigindo seus esforços físicos (manual) e mentais (intelectual), determinantes na mecanização dos processos de trabalho e na subvalorização econômica do esforço realizado pelo trabalhador, como meio de ampliar os lucros do capitalista. Nesse sentido, o trabalho torna-se, na sociedade capitalista, exploração e opressão, pois, quanto mais o homem produz, menos as suas condições sociais, econômicas, tecnológicas e de consumo lhe são garantidas, em decorrência da negação do pagamento de salários condizentes com as suas necessidades, barrando-lhe o acesso ao consumo dos bens e serviços produzidos.

Ter uma profissão para o trabalho é um elemento estruturante na vida da pessoa, para tanto, é preciso uma formação, um treinamento, uma qualificação profissional. Isso porque, para exercer uma profissão, se faz necessária uma modalidade de educação reconhecida e validada legalmente, com potencial de garantir a sua inserção no mercado de trabalho. A educação tem funções diversas: uma, propedêutica, ao preparar para a vida, a cidadania e o prosseguimento

nos estudos, permeando a cultura, as artes, as letras, o social, e outra, voltada para a preparação para o trabalho, para o mercado, através do desenvolvimento e do exercício das profissões, da *práxis* de técnicas e de tecnologias, com foco no desenvolvimento econômico, determinando a centralidade da produção de bens e serviços de caráter mercadológico.

A escola se constitui, então, como o “*locus faciendi*” da prática educativa e formativa, representando o meio social pela qual é desenvolvida a transmissão e produção do conhecimento técnico-científico e cultural – para a preparação de profissionais – com vistas ao exercício das profissões reconhecidas no mercado de trabalho.

Considerando os níveis da educação brasileira divididas em educação básica e educação superior, tendo a educação básica as seguintes etapas: Educação Infantil (creche e pré-escola – 0 a 5 anos), Ensino Fundamental (06 aos 14 anos) e Ensino Médio (15 aos 17 anos), conforme a LDB nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), a Educação Profissional se constitui numa modalidade do ensino médio, que se insere na realidade da educação no país, para além da escolarização, sendo assim uma etapa importante de preparação e qualificação para o trabalho. Inclui-se também a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), direcionada àqueles que não conseguiram estudar ou concluir os estudos básicos no tempo adequado à escolarização, por razões de caráter social. Nesse ínterim, por meio dessa etapa, têm a oportunidade de acesso ao ensino e a preparação para o trabalho, conforme o Art. 37 (BRASIL, 1996), que enfatiza o caráter preferencial da articulação dessa modalidade com a educação profissional, visando a preparação e inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho.

Educação Profissional Técnica de Nível Médio

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio, é uma modalidade do ensino médio, que pode ser ofertada de forma integrada, concomitante ou intercomplementar – concomitante na forma e integrada no conteúdo – e, subsequente, com os cursos regulamentados pelos Conselhos Estaduais de Educação (CEE) com validade nacional, compondo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação (BRASIL, 1996). Essa possibilidade de preparação para o trabalho é fundamental para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes, na perspectiva do pleno desenvolvimento do estudante, bem como ao exercício da cidadania e a efetiva preparação para a inserção no mundo do trabalho.

Ao longo do desenvolvimento da EPT, organizações paraestatais como o sistema S e organizações da sociedade civil foram se constituindo nos diversos âmbitos da administração pública federal, estadual e municipal, e na iniciativa privada – com caráter comunitário e filantrópico – voltadas para a educação profissional dos jovens, contribuindo assim para a ampliação das oportunidades de qualificação no sistema nacional de EPT, composto POR instituições públicas e privadas com e sem fins lucrativos.

Passos para um sistema de educação profissional e tecnológica brasileira

A preparação para o trabalho é parte da história e memória nacional, sendo condição para o desenvolvimento do país, razão pela qual ocupa um lugar político, estratégico e tecnológico. Desse modo, tomamos como ponto de partida memorial a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices em 1909, pelo Presidente da República Nilo Peçanha, sendo a primeira experiência de política pública nacional da EPT.

A partir dessa iniciativa do governo federal seguiram-se ao longo dos anos a implantação e implementação de novas instituições escolares federais, paraestatais e comunitárias – vocacionadas para a profissionalização e a colaboração para o desenvolvimento nacional. Na linha tempo (Quadro 1), apresentamos os momentos de criação e a legislação.

QUADRO 1 – Instituições Educacionais Profissionalizantes

ANO	LEGISLAÇÃO	NOMENCLATURA	SIGLA
1909	Decreto nº 5.566	Escola de Aprendizes e Artífices do Piauí	EAAPI
1937	Lei nº 378	Liceu Industrial do Piauí	LIPI
1942	Decreto-Lei nº 25	Escola Industrial do Piauí	EIP
1942	Decreto-Lei nº 4.048/42	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	SENAI
1946	Decreto-Lei nº 8.621	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	SENAC
1954	Portaria nº 933	Escola Agrotécnica de Teresina	EAT
1968	Estatuto Social	Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo	MEPES
1969	Estatuto Social do MEPES	Escola Família Agrícola de Olivânia	EFA
1964	Decreto nº 53.558	Colégio Agrotécnico de Teresina	CAT
1965	Lei nº 4.759	Escola Industrial Federal do Piauí	EIFP
1967	Portaria nº 06	Escola Técnica Federal do Piauí	ETFPI
1968	Lei nº 5.528	Criação da Universidade Federal do Piauí	UFPI
1979	Resolução Nº 01/79 (CONSUN)	Colégio Agrícola de Floriano	CAF

1981	Resolução nº 02 (CONSUN)	Colégio Agrícola de Bom Jesus	CABJ
1984	Lei Estadual nº 3.967/1984	Universidade Estadual do Piauí	UESPI
1989	Estatuto Social	Fundação Padre Antônio Dante Civiero	FUNACI
1990	Lei nº 8.029/1990 alterada pela Lei nº 8.154/1990 e regulamentado pelo Decreto nº 99.570/1991	Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas	SEBRAE
1991	Lei nº 8.315	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural	SENAR
1993	Lei nº 8.706	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte	SENAT
1994	Lei nº 8.948	Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí	CEFET/PI
1997	Lei municipal nº 2.586	Fundação Wall Ferraz/ Prefeitura de Teresina	FWF/PMT
2001	Medida Provisória no 2.168-40	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo	SESCOOP
2008	Lei nº 11.892	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	IFPI
2018	Lei nº 13.651	Universidade Federal do Delta do Parnaíba	UFDPAr

Fonte: autor, 2021.

A cronologia evidencia a continuidade das ações de ampliação diversificada e a multiplicidade de atores que atuam com a educação profissional e tecnológica ao longo do tempo no Estado do Piauí, apontando e evidenciando, portanto, a importância da EPT na agenda política para o desenvolvimento do país e do Piauí.

Novos caminhos para a EPT

Em 1994, é criado o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, por meio da Lei nº 8.948/94 (BRASIL, 1994). Em conjunto, foi feita a transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológicas (CEFETs), que se deu de forma gradativa, enfatizando-se ainda, o modo de composição e organização do sistema, que passou a contar com as instituições federais de educação tecnológica, as escolas agrotécnicas federais e as escolas congêneres dos estados, Distrito Federal e municípios.

A criação do sistema foi um passo importante para o fortalecimento do debate acerca da importância da educação profissional para o país, com sua organicidade de forma articulada e integrada pelos diversos atores envolvidos, bem como, pelos diversos níveis de ensino (básico e superior) e atuação das instituições públicas, privadas e comunitárias.

No decorrer desse processo, deu-se o debate nacional sobre a necessidade de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), sendo aprovada através da Lei nº 9.394/1996, que institucionalizou a dualidade: a separação entre a educação propedêutica, o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio como modalidade, e ainda a criação de cursos de especialização técnica de nível médio.

Na LDB nº 9.394/1996 a educação brasileira ficou estruturada em dois níveis: educação básica e educação superior, sendo que a educação profissional não ficou em nenhum dos dois níveis, ficando no Art. 40, estabelecido que a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular, reforçando que poderá ser ministrada por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições próprias ou no ambiente de trabalho (BRASIL, 1996).

Com a LDB nº 9.394/1996 houve a definição de que o conceito de educação é amplo, e abrange processos formativos diversos, que é dever da família, da sociedade e do estado garantir a educação aos filhos, aos cidadãos.

O supracitado texto da LDB nº 9.394/1996 destaca ainda que a educação tem como objetivos; promover o desenvolvimento das pessoas, a formação comum para o exercício da cidadania e a preparação para o trabalho, apontando o papel da escola com nesse propósito, com a participação efetiva da família e da comunidade na garantia do direito à educação, conforme a Constituição Federal de 1988.

Ademais, a LDB nº 9.394/1996 inaugura, portanto, um novo momento da educação nacional, mesmo diante das contradições impostas pela realidade, aponta para uma transformação processual nas oportunidades de aprendizagem, a universalização do acesso à educação básica e a continuidade dos estudos no nível superior, o que possibilita o desenvolvimento pessoal e social.

Como modalidade de educação do ensino médio temos a Educação do Campo, em conformidade ao Art. 28 da LDB/96, que autoriza aos sistemas de ensino que possam fazer adaptações para as escolas rurais, quanto aos tempos, modos e quanto aos conteúdos, metodologias e organização, conforme a dinâmica rural e o espaço escolar, o que é um avanço político e pedagógico considerando a realidade de pobreza e exclusão vivida pelos trabalhadores rurais no Brasil.

Educação do campo: a alternância nas escolas famílias

O país conta com uma presença importante do setor agrícola na economia, e este passou por profundas transformações a partir da segunda metade do século XX (HESPANHOL, 2013), inclusive em suas ressignificações territoriais. O agronegócio e o desenvolvimento e uso de novas tecnologias e equipamentos no campo são eixos estruturantes das políticas nacionais para o desenvolvimento rural nas últimas décadas, de modo que, em 2019, o setor foi responsável por 21,4% do Produto Interno Bruto (PIB), conforme o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) (BRASIL, 2020).

Esse impacto na economia não condiz com a situação dos trabalhadores do campo, e reforça a contradição entre a agricultura familiar, a agroindústria e os latifundiários. Essa situação contraditória coloca em debate a importância do campo para a economia nacional, é preciso romper com essa situação. A educação tem papel fundamental para essa mudança, é mister que a educação e a qualificação de profissionais possam atuar nessa realidade, transformando-a pelo conhecimento técnico e tecnológico.

O setor agrário em desenvolvimento, exige uma melhor preparação para o trabalho e, portanto, há necessidade e oportunidade para a qualificação, representando, ao mesmo tempo, a contraditoriedade entre o avanço científico, tecnológico e a realidade de grande parcela da população de agricultores familiares. Estes, vivem no e do campo, sem o conhecimento científico e tecnológico adequado aos novos patamares da agroindústria e mesmo da agricultura familiar, agroecológica e sustentável.

A educação do campo, nesse sentido, enquanto modalidade do ensino médio emerge dessa realidade brasileira e da luta dos movimentos sociais rurais, que considerando, a economia e a realidade concreta dos camponeses, bem como, a falta de políticas públicas de fixação, desenvolvimento socioeconômico e de condições de vida, desenvolveram processos e práticas educativas (BRASIL, 1996) que se compõe de estratégias de escolarização e de educação para a cidadania e para o trabalho, próximas, adaptadas e alternativas ao contexto rural.

As referidas ações resultam da agenda política dos movimentos dos trabalhadores rurais, tendo como base, as pautas políticas e organizativas da sociedade civil através dos sindicatos dos trabalhadores rurais, associações, cooperativas, federações, igrejas, pastorais etc, fruto dos debates políticos e pedagógicos e da construção coletiva dos atores que atuam na e pela implementação de políticas e propostas de educação adequadas, contextualizadas com e para os povos do campo, ribeirinhos e comunidades tradicionais indígenas e quilombolas (VENDRAMINI, 2007).

O Brasil, é reconhecido internacionalmente como um dos mais desiguais do mundo, caracterizando-se, como um dos maiores concentradores de renda e riquezas, com uma estrutura capitalista de latifúndios de terras improdutivas voltadas para a especulação financeira e comercial. Essa é uma realidade, que tem na propriedade latifundiária a estratégia para as relações produtivas e econômicas no que tange ao agronegócio e a pecuária, além das transações fundiárias e latifundiárias, conforme Silva, Aquino e Silva (2014).

Isso posto, os trabalhadores rurais permanecem numa situação difícil do ponto de vista da própria existência e das condições materiais reais para mudança desse contexto, tendo na educação o caminho viável para essa transformação pela emancipação educacional e de novos conhecimentos sistematizados, produzidos e incorporados.

É fato, que a concentração de terras em poucas mãos, historicamente, tem levado os trabalhadores rurais a se organizarem, por meio dos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, sindicatos de agricultores e agricultoras familiares, movimentos sociais do campo – pautados em uma luta por transformações socioeconômicas. Como exemplo, tivemos a forte atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na década de 1990, com uma agenda política em prol da reforma agrária, do acesso à terra, acesso à água e a investimentos para produção e aquisição de tecnologias, nem sempre compreendidos pela sociedade.

Com isso, pretendia-se que milhares de brasileiros que vivem no e do campo e que não são donos de suas terras, em sua maioria trabalhando como meeiros, arrendatários ou donos de pequenas propriedades, incapazes de se inserir no contexto do agronegócio e da agroindústria nacional, possam usufruir do acesso à terra, às técnicas e tecnologias e das oportunidades de comercialização regional, nacional e internacional. O agronegócio brasileiro é fundado em “*comodities*”, vinculados à dolarização do preço, como, por exemplo a soja, e ainda a monoculturalização das plantações (soja, cana de açúcar, eucaliptos etc.), criação de gado dentre outros, criam-se problemas ambientais, além da expropriação de terras dos pequenos produtores e dos povos tradicionais (SILVA; AQUINO; SILVA, 2014), gerando conflitos no campo.

Nesse contexto, uma das pautas significativas dos movimentos sociais do campo tem sido a educação geral, o aumento gradativo da escolarização do povo e a qualificação profissional dos trabalhadores e trabalhadoras rurais para o uso de novas técnicas e tecnologias, na perspectiva estratégica de fixação dos jovens e suas famílias no campo (VENDRAMINI, 2007).

Os movimentos sociais têm pautado uma política de educação adequada à sua realidade, não qualquer educação escolar, mas aquela que possibilite uma interlocução realidade, necessidade e vida, a problematização das situações expostas e a contextualização de práticas educativas com as demandas do campo, da vida concreta dos trabalhadores e das trabalhadoras e de seus filhos, mudando a realidade em que estão inseridos por meio de seu trabalho e compromisso com a terra.

A partir dessa perspectiva dos movimentos sociais, igrejas, ONGs e instituições de ensino, pesquisa e extensão – comprometidas com esse projeto de caráter popular – têm pautado uma educação especializada, contextualizada, de modo que emerge daí a educação do campo, para e do povo do campo, que ganha novo sentido, quando vinculada a um movimento social e comunitário que defende a educação articulada com a criação de condições materiais para a vida no campo (VENDRAMINI, 2007).

Nessa perspectiva, compreende-se a educação do campo como contextualização didática e pedagógica da realidade rural no processo de ensino-aprendizagem. Considerando os objetivos da educação geral, é o caminho adequado e condizente com a realidade, possível de contribuir efetivamente com a mudança necessária nas comunidades rurais brasileiras (BRASIL, 1996).

Assim, para que haja uma mudança real, há a necessidade de uma aproximação da educação com o meio e a cultura, buscando atenuar, reverter e transformar a situação do campo de um lugar sem condições de vida para uma nova realidade, em que haja, oportunidades para todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais, incluindo crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, homens e mulheres. Trata-se de uma educação que fortaleça uma proximidade direta do ser humano com sua realidade social, com a terra, com a produção da existência e da vida, numa relação de reciprocidade na qual se cultive o cuidado ecológico e sistêmico com a terra, a água e a natureza em geral.

A educação do campo, nessa perspectiva, se articula com os tempos, territórios, técnicas, tecnologias, culturas, dinâmicas e modos de vida dos agricultores e agricultoras, promovendo o aprendizado e o compartilhamento político de conhecimentos tecnológicos e culturais, fomentando a permanência e a fixação dos jovens em seu lugar de origem, visto que se veem obrigados, muitas vezes, devido seu contexto da falta de oportunidades de desenvolvimento, a migrar para as regiões urbanas, metrópoles ou médias cidades do interior do país. A educação do campo também se constitui como uma estratégia socioeducacional de religar esses jovens com sua territorialidade e, ao mesmo tempo, com o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a cultura que colaboram

para a permanência e a ressignificação do campo, por meio da produção de conhecimento técnico-político, que impacta na produção de sua existência social e econômica.

Os movimentos sociais do campo, ao demandarem historicamente uma escola do rural/do campo capaz de compreender e se articular com a sua realidade, não negam os objetivos gerais da educação, de promover o desenvolvimento intelectual do estudante, de formar para a cidadania, para o trabalho e para a apropriação de conhecimentos científicos e tecnológicos, ao contrário, suscitam que esses conteúdos e práticas pedagógicas dialoguem com o contexto dos educandos no sentido de colaborar para a transformação da situação de abandono do campo, da exclusão dos pequenos agricultores e pequenos pecuaristas, bem como, para a superação da falta de oportunidades de conhecimentos para obtenção de financiamentos e de assistência técnica, tendo em vista seu pleno desenvolvimento sustentável.

Trata-se de uma educação capaz de fazer a imersão na realidade do campo com profundidade e ser a portadora de um ensino que propicie ao trabalhador e à trabalhadora rural as condições intelectuais, técnicas e políticas para o desenvolvimento de competências e habilidades que lhes assegure mudar sua realidade, transformando o campo num lugar de produção da vida, com dignidade e recursos financeiros, econômicos, técnicos e tecnológicos suficientes para o exercício pleno da cidadania, através da formação humana integral e sustentável.

Ao longo desse percurso de luta dos movimentos do campo pela educação, surgiram várias experiências no Brasil, (VENDRAMINI, 2007) entre elas as EFAs, na década de 1960, implantadas inicialmente por organizações da igreja católica, inspiradas nos modelos franceses e italianos.

Escolas Família Agrícola no Brasil

A primeira experiência de Escola Família Agrícola no Brasil adveio da criação do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), em 1968, pelo Pe. Pietrogrande, que teve contato com as Escolas Família Agrícolas na Itália, nas regiões de Veneto e Lombardia, originadas das experiências das escolas francesas iniciadas em 1935 (NOSELHA, 2020), e que se difundiram pela Europa, penetrando no Brasil pelas terras capixabas.

Essa implantação foi feita pelo MEPES mesmo em plena ditadura civil-militar, surgindo no contexto da atuação pastoral do Pe. Pietrogrande, numa realidade de abandono, extrema pobreza e falta de oportunidades para os trabalhadores do campo no município de Anchieta/ES e circunvizinhos, na ocasião, visava antes de tudo, evitar a sua expulsão (NOSELHA, 2020). Assim,

em sua ação pastoral, Pe. Pietrogrande tinha na EFA uma estratégia que poderia contribuir para a mudança socioeconômica, e ao mesmo tempo o fortalecimento por meio da formação humana, moral, técnica, intelectual dos jovens, capacitando lideranças capazes de gerar as transformações necessárias.

Como forma de intervenção o Pe. Pietrogrande mobilizou a sociedade local e o poder público, o clero de sua congregação, a Companhia de Jesus, além de outros sacerdotes da região em torno da proposta de um plano de ação através de serviços de educação, assistência social e saúde para a população rural, tendo início o trabalho educacional com a criação da primeira EFA do Brasil na comunidade de Olivânia (1969), no município de Anchieta-ES.

Por conseguinte, considerando o papel do sacerdote como articulador e sendo italiano, numa região de imigrantes conterrâneos da região de seu nascimento, Pe. Pietrogrande promove através do MEPES, uma ação integrada com parceiros brasileiros e italianos, com o objetivo de analisar a realidade local e a partir de então estabelecer as medidas de ação. Uma delas foi a implantação das EFAs, baseadas na metodologia da pedagogia alternância², compreendida com períodos alternados de estudos em que o aluno permanece um período na escola e outro em casa (comunidade/família), aplicando os conhecimentos adquiridos na escola, bem como, compartilhando na escola os aprendizados teóricos e práticos vividos em sua casa/comunidade com o acompanhamento dos monitores e a aplicação dos instrumentos de registro das atividades de aprendizagem³ (NOSELHA, 2014).

Nas EFAs a pedagogia da alternância é a base teórica, conceitual e prática educativa. Portanto, compreendê-la como arcabouço político e técnico-didático-pedagógico é fundamental para entender sua aproximação com a educação do campo, na medida em que a essência do seu papel é estabelecer uma conexão entre a vida do trabalhador rural, a sua realidade, sua cultura e seus objetivos de desenvolvimento econômico, técnico, tecnológico e político. A perspectiva do trabalho-educação – como categoria de estudo – numa perspectiva da formação humana integral, se apresenta na pedagogia da alternância, como uma aproximação, no seu caráter revolucionário e emancipador nos processos educativos.

2 Reconhecida pelo Parecer N° 01/2006 do Conselho Nacional de Educação, pelo Art.23 da LDB n° 9.394/1996 e pela Lei Federal Complementar n° 12.695 de 25 de julho de 2012.

3 A metodologia da PA é composta de: Plano de Formação, Plano de Estudo, Colocação em Comum, Caderno Síntese da Realidade do Aluno, Fichas Didáticas, Visitas de Estudo, Intervenções Externas, Experiências/Projeto Profissional do Aluno, Visita à Família, Caderno de Acompanhamento da Alternância - Avaliação Contínua e Permanente (Parecer CNE n° 01/2006).

O MEPES foi o disseminador das EFAs em várias cidades e regiões do Espírito Santo e do Brasil, colaborando para que outros atores sociais, movimentos do campo, eclesiais e governos pudessem conhecer a experiência e replicá-las pelo país como resposta e alternativa às necessidades educacionais de crianças e jovens em áreas rurais.

No processo de implantação das EFAs, o primeiro passo foi articular a educação geral (fundamental e médio), como resposta à falta de escolas contextualizadas no campo e, posteriormente, conforme a legislação nacional, inserir os cursos de educação profissional técnicas de nível médio, tendo em vista a qualificação para o trabalho reconhecida pelo sistema educacional (LIMA, 2013).

No contexto do campo, a escolarização no modelo tradicional urbano não tem contribuído para uma mudança efetiva dessa realidade, enquanto a implementação da pedagogia da alternância nas EFAs possibilita aos educandos uma relação teórico-prática no processo de ensino e aprendizagem. Nesse modelo, os aprendizes alternam os momentos e locais de aprendizagem, reforça ainda os elementos reconhecidos pela LDB/1996 (BRASIL, 1996), a integração da vida familiar, da escola e do trabalho, aplicando e vivenciando os conhecimentos escolares construídos e adquiridos (BRASIL, 2006).

Essa experiência possibilita aos alunos uma aproximação com o trabalho, à medida em que, no tempo doméstico/comunitário, interagem de forma prática com a rotina do campo/roça, na execução de atividades práticas de plantio, colheita, armazenagem, comercialização e cuidados dos animais. Ademais, para o acompanhamento desses processos, a pedagogia da alternância conta com os monitores, que visitam as famílias e orientam o registro das atividades e ações em cadernos de campo, caderno de atividades com o propósito de compartilhar esses aprendizados práticos nos momentos de partilha na escola.

A EFA em sua dimensão político-pedagógica se aproxima e se alinha com a educação do campo, na medida em que, contextualiza a realidade do campo, e a transforma, por meio da atuação integrada dos discentes e docentes/monitores. Ao longo do desenvolvimento das EFAs, considerando as etapas do ensino fundamental e médio, avançou-se na implementação, reconhecimento e validação dos cursos de qualificação profissional, credenciados e autorizados pelos sistemas de educação estaduais, de tal modo, que os cursos técnicos de nível médio são legitimados, e com a devida certificação profissional, com validade em todo o território nacional, representando assim, um avanço na formação. Com essa intencionalidade profissional, as EFAs prosseguiram e passaram a compor o sistema nacional de educação profissional e tecnológica.

Ao realizarem cursos de educação profissional técnica de nível médio com reconhecimento e aprovação pelos Conselhos Estaduais de Educação e de acordo com as políticas nacionais de educação profissional do Ministério da Educação, as EFAs ampliaram o leque de oportunidades de inserção dos jovens rurais no mundo produtivo, com conhecimento adequado técnico, tecnológico e científico.

As escolas famílias adotam na alternância o jeito de viver, sonhar e projetar o futuro dos adolescentes e jovens, assegurando aos alunos uma formação humana integral (vida/trabalho/transformação), que parte de suas realidades e que abrange aspectos técnico profissionais, humanitários, sociais, éticos, espirituais e ambientais, qualificando-os para o exercício de profissões legalmente reconhecidas. Ao tempo em que são preparados, também se tornam aptos a continuar os estudos no nível superior, bem como, a se dedicarem à vida no campo, na propriedade familiar ou fora dela.

CAPÍTULO 2

BASES FUNDACIONAIS DA FUNACI E A ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

A cidade de Teresina, capital do Piauí, na década de 1980, foi marcada pela migração de populações rurais, em decorrência das políticas de desenvolvimento industrial - implantadas desde o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) no país (LIMA; LOPES; FAÇANHA, 2017), e continuada pelos governos militares, com o financiamento público e a atração de indústrias nacionais e internacionais. Ações voltadas para novos negócios, com a geração de oportunidades de emprego e renda, contribuindo para a urbanização da cidade e atraindo novos moradores em busca de emprego.

Desse modo, o Piauí, ao longo das décadas de 1960 a 1980, passa por um processo de mudança econômica, e a capital se torna o epicentro da atração de migrantes, diante disso, a urbanização de Teresina, se torna o foco atrativo do desenvolvimento, por ser uma capital planejada e recém-criada. Conforme Lima, Lopes e Façanha (2017), como o Piauí teve seu povoamento inicial relacionado à caça ao índio, à criação de gado e à agricultura de subsistência, ainda tinha uma economia com estruturação do meio rural, fazendo com que a urbanização fosse uma oportunidade para populações rurais em busca de melhorias.

A transferência da primeira capital Oeiras/PI, fundada em 1759, para Teresina, ocorrida em 16 de agosto de 1852, repercutiu numa nova possibilidade para o crescimento populacional e o desenvolvimento, através do aumento gradativo de migrantes do interior, seguindo um fluxo de urbanização na região da nova capital, inclusive com a mudanças dos órgãos públicos, empresas e empresários em busca de novos negócios e novas alternativas para o desenvolvimento econômico.

Na década de 1980, a capital tinha uma população de 377.174 habitantes, sendo que 339.042 residiam na zona urbana, o que equivalia a 89,74%, evidenciando conforme Façanha, que Teresina era uma cidade urbanizada (FAÇANHA, 2003).

Essa situação, já evidenciava uma grande demanda da população por moradia, serviços públicos (educacionais, saúde e assistência social), trabalho, emprego, dentre outros. Nesse período, os bairros da capital começaram a se confirmar como polos econômicos descentralizados, considerando o aumento de habitantes, de maneira que algumas regiões da cidade foram se configurando como polos comerciais, atendendo às necessidades das populações ali residentes.

Ocorrem então, na década de 80, profundas mudanças sociais e econômicas na cidade de Teresina, as quais foram se consolidando, a saber: a criação de novos serviços, negócios, a necessidade de maiores investimentos públicos, geração de empregos, bem como o surgimento das favelas e vilas. Esse fenômeno aconteceu em razão da migração trazer consigo a ausência de uma política habitacional, e Teresina ter uma zona rural de tamanho significativo sem ações do poder público. Naquele momento, chegara em Teresina, transferido do Espírito Santo, o Pe. Pietrogrande, que se instalou na região do Socopo, bairro da zona leste com uma população rural grande e muito pobre. Esse grupo de pessoas era desprovido dos serviços públicos, que se concentravam nas regiões e bairros centrais da cidade.

A Companhia da Jesus⁴, congregação religiosa do Pe. Pietrogrande, mantinha, localizada no bairro Socopo, a Escola Agrícola Santo Afonso Rodriguez (ESAR), que teve sua construção iniciada em 1963, sendo a primeira escola agrícola privada do estado. A ESAR foi fundada pelo Padre Antônio Dante Civiero⁵, com o objetivo de proporcionar a educação para as crianças e jovens da região, e ao mesmo tempo objetivando a preparação para o trabalho

4 A Companhia de Jesus é uma congregação religiosa católica, os membros são conhecidos como jesuítas, fundada em 1534 por Santo Inácio de Loyola e reconhecida pelo Papa Paulo III em 1540.

5 Pe. Antônio Dante Civiero nasceu em Castello Di Godego (Triviso) na Itália, no dia 08 de agosto de 1926, veio para o Brasil em 1958, foi o fundador da Escola Agrícola Santo Rodrigues (Teresina/PI) e seu primeiro diretor. No percurso do seu trabalho pastoral atuou nos estados do Espírito Santo, Bahia e Piauí. Um homem simples e do campo, trabalhou na Fazenda Monte Belo (Valença/PI) e acompanhou e orientou a criação da Fazenda Montes Claros (Aroazes/PI), foi Pároco em Monsenhor Gil/PI e faleceu no dia 04 de novembro de 1988 em Salvador/BA.

no campo. Em homenagem ao fundador da ESAR, posteriormente ao seu falecimento, foi dado nome à instituição que seria criada, denominada de Fundação Padre Antônio Dante Civiero (FUNACI).

Em 29 de março de 1965, iniciaram-se as aulas, com 105 alunos nos primeiros anos, funcionou como uma escola agrícola (ESAR, 2021). O Pe. Pietrogrande foi diretor da escola, e, portanto, pode-se depreender como passo inicial de atuação na realidade local, e vislumbrar as oportunidades para a atuação social no estado do Piauí. Assim, havia uma realidade pastoral desafiante, considerando-se também o desenvolvimento urbano e o crescimento populacional da cidade de Teresina, com a implementação de novos serviços públicos ou privados – que exerceram papel político e econômico, de tal modo, que impactaram também na necessidade de ampliar os serviços educacionais para a juventude na sua região de atuação, preparando-os para o presente e o futuro, como o mesmo enfatizava “crescer e fazer crescer”.

A região da Paróquia do Pe. Pietrogrande, vivia um momento de intensificação de problemas sociais e, ao mesmo tempo, um crescimento populacional, com a implantação de serviços públicos, como Zoobotânico – pelo Governo do Estado, além do surgimento de novos bairros e vilas no território. Nesse sentido, havendo ainda uma população rural significativa na área da paróquia, o Pe. Pietrogrande inicia o trabalho voltado para a educação de crianças por meio de creches e, posteriormente, inclinado à educação de adolescentes e jovens, através da preparação para o trabalho, criando em 1991, a EFA do Soinho.

Com a necessidade de institucionalização das ações sociais, Pe. Pietrogrande cria a Fundação Padre Antônio Dante Civiero (FUNACI) para dar legalidade aos trabalhos sociais da paróquia e da própria Companhia de Jesus no território, em especial, e nos municípios piauienses de Aroazes, São Pedro e Miguel Alves, além da capital – com apoio de lideranças empresariais, religiosas e políticas.

Já tendo criado o MEPES no Espírito Santo, na década de 1960, e com o apoio dessa instituição e de amigos na Itália, Pe. Pietrogrande iniciou o processo de implantação das EFAs no Piauí. A primeira foi a EFA Montes Claros, no município de Aroazes, em 1985, inicialmente com apoio institucional da Sociedade Nacional da Instrução (SNI), fundadora, posteriormente da FUNACI, que passou – a partir de 1989 – a ser a gestora da escola. Os objetivos da FUNACI consistiam em intervir na realidade social rural, inicialmente oferecendo o ensino de primeiro grau (hoje ensino fundamental) e, posteriormente os cursos técnicos profissionalizantes de nível médio, preparando os jovens para a vida e as oportunidades do campo, atuando também nas áreas de saúde e assistência social.

Desse modo, a FUNACI foi fundada legalmente no dia 12 de outubro de 1989, imbricada na zona rural e ao mesmo tempo no contexto de urbanização de Teresina e com atuação forte na zona rural “leste” da capital. A fundação tinha o propósito de articular ações de educação, saúde e assistência social – seguindo o modelo do MEPES em Teresina e nos demais municípios.

Na sua criação, a FUNACI contou com outras organizações como instituidoras (Quadro 2), composta pelos seguintes sócios fundadores; a Arquidiocese de Teresina, o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), a Sociedade Nacional de Instrução (SNI), a Associação Brasileira de Educação Familiar e Social (ABEFS) e a Congregação das Irmãs Carmelitas da Divina Providência (SILVA, 2005)

QUADRO 2–Quem são os Fundadores da FUNACI

Arquidiocese de Teresina	Circunscrição administrativa da Igreja Católica no Estado do Piauí
Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo	Criado pelo Pe. Pietrogrande no final da década de 1968 no município do Anchieta/ES, responsável pela implantação da primeira EFA do Brasil.
Sociedade Nacional de Instrução	Entidade da Companhia de Jesus responsável pela gestão dos programas sociais e escolas da congregação.
Associação Brasileira de Educação Familiar e Social	Entidade católica responsável pela gestão de instituições educacionais no Estado da Bahia.
Congregação das Irmãs Carmelitas da Divina Providência	Congregação de freiras católicas, criada no Estado de Minas Gerais.

Fonte: autor/2021.

O caráter associativo da criação da FUNACI demonstra a preocupação com a legitimidade e a capilaridade da fundação em relação aos seus apoios institucionais. Desse modo, podendo já no início, demonstrar sua força social e a amplitude de suas metas.

Pioneirismo na criação de Escolas Família de educação profissional no Piauí

A FUNACI é uma fundação privada⁶ sem fins lucrativos, e, portanto, uma organização da sociedade civil, de inspiração católica, criada para contribuir com a mudança da realidade de vida das populações da periferia urbana e rural do Piauí. Ela tem sede administrativa no município de Teresina, atuando

6 Fundação é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos ou lucrativos, que se forma a partir da existência de um patrimônio destacado pelo seu instituidor através de escritura pública ou testamento junto ao Ministério Público Estadual, para servir a um objetivo específico, voltado a causas de interesse social e público.

numa área de aproximadamente 30km², Figura 1. Destaca-se que sua instalação nos municípios de Aroazes, São Pedro do Piauí e Miguel Alves, atingiu em 2019, a ampliação dos seus campos de ação nos seus 30 anos de existência, atendendo também cidadãos oriundos dos estados do Piauí, Maranhão, Pará, Amapá, Ceará, Espírito Santo nas EFAs.

ÁREA DE ATUAÇÃO DA FUNACI EM TERESINA



Fonte: FUNACI/ 2021.

A FUNACI foi pioneira na criação das Escolas Famílias Agrícolas, Escola Família de Turismo (EFTUR) e do Centro de Aprendizagem Carlo Novarese (CACN), Quadro 3. No Piauí, a primeira EFA por alternância foi criada no município de Aroazes/PI, a EFA Montes Claros. Ao longo do período colaborou também na formação de monitores da pedagogia da alternância para suas próprias escolas com apoio do MEPES e seguidamente de outros parceiros através da EFA Soinho, que funcionou como um centro importante de formação de monitores para as Escolas Famílias no Piauí e outros estados (SILVA, 2005), além de ter contribuído para a criação de novas EFAs no Piauí e no Brasil.

QUADRO 3 –Escolas de Educação Profissional criadas pela FUNACI

ESCOLA	MUNICÍPIO	ANO DE CRIAÇÃO	CURSO TÉCNICO	ANO DE INÍCIO
EFA MONTES CLAROS	AROAZES	1986	AGROPECUÁRIA INFORMÁTICA	2008 2019
EFA SOINHO	TERESINA	1991	AGROPECUÁRIA	2012
EFA BAIXÃO DO CARLOS	TERESINA	1995	ZOOTECNIA	
EFA SÃO PEDRO DO PIAUÍ	SÃO PEDRO DO PIAUÍ	1998	AGROPECUÁRIA	2015
CENTRO DE APRENDIZAGEM CARLO NOVARESE	TERESINA	2000	CUIDADOS EM IDOSOS MANUTENÇÃO E SUPORTE DE INFORMÁTICA EVENTOS	2017 2018
ESCOLA FAMÍLIA DE TURISMO – EFTUR	TERESINA	2005	BAR E RESTAURANTE COZINHA	2013 2016 2018

Fonte: autor/2021.

A FUNACI, como mantenedora de unidades de ensino de educação profissional, demarca três fases em seu processo de constituição e desenvolvimento, identificados ao longo da pesquisa, Quadro 4. Estas, permitem apontar a participação da FUNACI e suas unidades de ensino no contexto da educação profissional no Piauí, seja pela singularidade como EFA – utilizando a pedagogia da alternância no campo, ou do Centro de Aprendizagem Carlo Novarese, atuando numa região extremamente pobre da capital – principalmente, devido à capilaridade em constituir estratégias de manutenção e longevidade dos seus projetos de atuação educacional nas comunidades carentes, interferindo no cenário das políticas educacionais no Piauí.

QUADRO 4–Fases temporais de evolução institucional da FUNACI

Fase	Características marcantes
1ª Fase Pastoral 1985-1995	Este período caracteriza-se pelo forte apelo pastoral do Pe. Pietrostrande em ajudar a comunidade menos favorecida da sua região de atuação paróquial, e ao mesmo tempo, o desenho e delimitação das linhas de ação social: saúde, educação e assistência social, inicialmente através Sociedade Nacional de Instrução (SNI), instituição pertencente a Companhia de Jesus, da qual fazia parte como clérigo e diretor e posteriormente em 1989, com a criação da FUNACI, inspirada e apoiada pelo MEPEB – Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo, no qual foi fundador em 1988 e presidente até sua partida para Teresina em 1995. Na capital piauiense iniciou o trabalho social: a criação de creches, Hospital São Carlos Borromeo e escolas famílias agrícolas de primeiro grau (3ª e 8ª séries), com parcerias nacionais e internacionais.
2ª Fase Social 1995 – 2004	Nesta fase a FUNACI amplia o arcabouço de ações educacionais com foco na educação profissional técnica de nível médio, seguindo e se adaptando à regulamentação das escolas pelo Conselho Estadual de Educação, dando-lhe, assim, a institucionalidade e o reconhecimento necessário, conforme as exigências da legislação educacional. De início, algumas escolas funcionavam anexas às instituições públicas municipais. A EFA SONHO, no entanto, iniciou suas atividades com autorização para o funcionamento da educação profissional técnica de nível médio, assumindo a responsabilidade pela diplomação das demais escolas dessa modalidade. No período, a estratégia de estabelecer parcerias para a inserção de adolescentes e jovens no mundo do trabalho, permitiu a ampliação do leque de opções, para além da fixação no campo, a exemplo, o trabalho com pessoas em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social urbana, através do CACN, ampliando as abordagens pedagógicas e metodológicas para intervenção educativa, com vistas a resultados na mudança da qualidade de vida e de oportunidades de inclusão social pelo trabalho na região urbana de Teresina.
3ª Fase Profissionalização 2005 – 2019	Caracteriza-se pela ampliação do nível de escolarização nas Escolas Família (nível médio integrado ou subsequente à educação profissional), numa perspectiva de formação humana integral, implantação da alternância na área de turismo, com a criação da Escola Família de Turismo, setor importante para o desenvolvimento do Piauí e estados vizinhos (Ceará e Maranhão). Outro elemento fundamental para a continuidade da atuação na área da educação, foi a efetivação de parceria com a SEDUC/PI, através da contratação dos monitores e atualização das matrículas, a criação dos Conselhos Escolares, possibilitando o acesso aos recursos públicos, dinamizando as ações educacionais com a adequação curricular, a estruturação escolar, a autorização e reconhecimento de todos os Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio (integrados ou subsequentes), apontando para uma nova dinâmica da educação no campo e de inclusão social, por meio da educação profissional e tecnológica na instituição, mudança no perfil dos monitores (especialistas, mestres e doutores) e dos docentes, bem como, assegurando novas fontes de recursos financeiros e estruturais, por meio do acesso às diversas políticas, programas e projetos da SEDUC/PI e do MEC. Mudança na direção da FUNACI, assumida por funcionários e colaboradores com larga caminhada na instituição, focalizando a profissionalização da gestão e a sustentabilidade institucional. Apresenta-se novas possibilidades de atuação do CACN com a EPT, inclusive funcionando como escola técnica de nível médio anexa a EFA Baixo do Caracol. Apontando como desafio repensar a própria identidade pedagógica, metodológica e contextual aos novos tempos.

Fonte: autor (2021).

Unidades de Ensino da Educação Profissional

A história da FUNACI com a educação profissional se materializa nos processos de criação, implantação e vivências de suas unidades de ensino – aqui compreendidas pela relação com a comunidade/territórios em que estão inseridas e os contextos sociais que levaram à sua implantação.

Procuramos identificar os momentos em que foram criadas as unidades, os atores envolvidos, a implantação da educação profissional técnica de nível médio, os cursos de formação inicial e continuados, bem como elencando os desafios e avanços conquistados no período.

ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE MONTES CLAROS - ARAOAZES/PI- 1986

A Escola Família Agrícola Montes Claros, Figura 2, está situada na zona rural do município de Aroazes/PI, Território de Desenvolvimento Vale do Sambito⁷, com uma população estimada de 5,779 (IBGE, 2010). O referido município possui uma densidade demográfica de 7,03 hab/km², numa área territorial de 821,212 km². O bioma representado é o cerrado. Destaca-se que, em relação aos habitantes 3,430 vivem na zona urbana e 2,349 na zona rural. Constata-se pelos dados, um município pobre com o uma urbanização significativa, afora estar encravado na região semiárida⁸ do Piauí.

7 Composto por 15 municípios: Aroazes, Barra D'Alcântara, Elesbão Veloso, Francinópolis, Inhuma, Ipiranga do Piauí, Lagoa do Sítio, Novo Oriente do Piauí, Pimenteiras, Prata do Piauí, Santa Cruz dos Milagres, São Félix do Piauí, São Miguel da Baixa Grande, Valença do Piauí e Várzea Grande.

8 O Semiárido brasileiro é uma região delimitada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste –SUDENE, considerando condições climáticas dominantes de semiaridez, em especial a precipitação pluviométrica. Como reflexo das condições climáticas, a hidrografia é frágil, em seus amplos aspectos, sendo insuficiente para sustentar rios caudalosos que se mantenham perenes nos longos períodos de ausência de precipitações. Constitui-se exceção o rio São Francisco. Devido às características hidrológicas que possui, as quais permitem a sua sustentação durante o ano todo, o rio São Francisco adquire uma significação especial para as populações ribeirinhas e da zona do Sertão (IBGE, 2018).

FIGURA 2 –Entrada da EFA Montes Claros



Fonte: autor/2021.

Do ponto de vista econômico, a renda per capita – segundo dados do IBGE do último censo de 2010 é de R\$ 293.53, apontando que 22.62% da população é extremamente pobre e que 87.20% são vulneráveis à pobreza, uma situação crítica, com baixo IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal⁹ – 0.583 – tendo uma melhora em relação a 0.416 do ano 2000 (BRASIL, 2015). Essa condição social exige do poder público e da sociedade uma ação estratégica de médio e longo prazos que revertam essa situação.

Em relação à questão educacional Aroazes/PI tem uma taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade, equivalente a 98,9%, com avaliação do IDEB – Anos iniciais de 5,2 e anos finais de 4,1, considerados baixos, mesmo com uma taxa relevante de escolarização, 12 escolas do ensino fundamental e 3 escolas do ensino médio com 252 matrículas, dentre elas a EFA Montes Claros, Figura 3. A referida EFA possui ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio – através dos Curso Técnicos em Agropecuária e Curso Técnico em Informática (IBGE, 2010).

9 O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano (PNUD, 2021).

FIGURA 3 –Casarão da Fazenda onde iniciou a EFA Montes Claros



Fonte: autor/2021.

A EFA teve seu início de funcionamento em 1985, com a criação da primeira turma de 5^a série, anexa da Escola Agrícola Santo Afonso Rodriguez (Teresina/PI), mantida pela Sociedade Nacional da Instrução (SNI). Essa era a instituição responsável pela gestão das escolas da Companhia de Jesus no Piauí, contando com o apoio técnico de monitores do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES).

Montes Claros era uma fazenda dos Jesuítas que tinha o objetivo de prover a comunidade religiosa e as instituições do Complexo Socopo em Teresina/PI, com alimentos e carnes. Quando Pe. Pietrogrande iniciou suas atividades pastorais e sociais na região em 1985, identificou a necessidade das crianças, adolescentes e jovens de terem acesso à educação, sendo essa capaz de proporcionar o seu desenvolvimento e sua permanência na terra. Isso foi feito, considerando que muitos não frequentavam a escola, e que muitos migravam para São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, realizando assim, o êxodo rural em busca de melhores condições de vida e oportunidades de trabalho.

FIGURA 4 –Capela no Assentamento Montes Claros/Aroazes-PI



Fonte: autor/2021.

A partir dessa realidade constada foi iniciada a organização de um grupo de jovens de Montes Claros, articulado pela comunidade local, com o objetivo de sensibilizar os moradores e fazer um diagnóstico situacional para posteriormente iniciar e formar a primeira turma da 5ª série do 1º grau. Estes, utilizaram-se da metodologia da alternância, na qual os alunos teriam as disciplinas gerais (português, matemática etc) e disciplinas preparatórias para a convivência no campo (agricultura e pecuária), seguindo o modelo desenvolvido pelo MEPES no Estado do Espírito Santo. A primeira turma foi composta por moradores dos povoados Montes Claros, Cruzeiro, Carnaúbas, São Luiz e Santana, totalizando 23 alunos.

Em 1986 com o início das turmas de 5ª e progressivamente à 8ª série do primeiro grau, os alunos foram vivenciando a alternância, ficando um período de aprendizagem na escola e outro em casa com a família, realizando atividades práticas e pedagógicas, com acompanhamento dos monitores formados pela EFA Soinho e pelo MEPES. Esse método possibilitava a aprendizagem de conhecimentos elementares de técnicas da agropecuária, sendo os alunos diplomados após a conclusão da 8ª série – pela Escola Agrícola Santo Afonso Rodriguez, que era dirigida pelo Pe. Pietrogrande.

É importante elencar que no período de 22 anos a EFA Montes Claros manteve o ensino de primeiro grau de 5ª a 8ª série, adaptando-se às mudanças da legislação, com a transformação para o ensino fundamental, anos finais, até

2007. Pontua-se que a emissão dos diplomas de conclusão era concedidos pela Escola Municipal Vereador Osório Ferreira do Valle¹⁰, a qual a EFA funcionava como anexa desta unidade de ensino para efeitos legais.

A partir de 1989, com a criação da FUNACI a EFA Montes Claros passa a ser mantida e gerenciada legalmente pela fundação, assumindo todas as responsabilidades didático-pedagógicas, técnicas e administrativas, estabelecendo parcerias com a prefeitura para a certificação dos concludentes, e outras para a ampliação da unidade de ensino com a construção de salas de aula, laboratório de informática, contratação de profissionais, projeto pedagógico próprio e a diplomação dos cursos.

Teve início em 2008, resultante da universalização do ensino fundamental pela prefeitura de Aroazes, o Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária, na forma integrada ao ensino médio, um novo campo de atuação, em parceria com a SEDUC/PI, para a contratação dos monitores, por meio de processo seletivo temporário. A escola avança na modalidade qualificação profissional, com a inspiração de crescer e fazer crescer, que é o lema do Pe. Petrogrande, motivando os trabalhos da escola com as novas configurações didático-pedagógicas e articulação com o sistema estadual de educação profissional – para a manutenção da unidade de ensino de nível médio técnico profissionalizante.

Desse modo, a FUNACI passa à estadualização das matrículas com a criação e manutenção do Curso Técnico em Agropecuária na EFA Montes Claros, levando a instituição a compor o conjunto de escolas rurais técnicas de nível médio da SEDUC/PI. Para isso, evidencia-se que a mesma executa sua proposta educativa contextualizada na pedagogia da alternância, como metodologia de ensino para o campo, com foco na agricultura familiar e na pecuária, em tempo integral. A EFA Montes Claros foi a primeira Escola Família Agrícola do Estado do Piauí, portanto, foi a pioneira nessa modalidade de ensino.

Para tanto, a escola disponibiliza a seguinte estrutura aos alunos e a comunidade:

10 Escola pública da rede municipal de ensino da Secretaria Municipal de Educação de Aroazes.

QUADRO 5–Estrutura

ESPAÇOS	QUANTIDADE
Sala de aula	03
Sala dos monitores	01
Sala da secretaria	01
Dormitório masculino	03
Dormitório feminino	03
Dormitório monitor	01
Laboratório de informática	10
Cozinha	01
Refeitório	01

Fonte: EFA, Montes Claros/2021.

No período de 2008 a 2019 foram diplomados 64 técnicos em agropecuária, conforme o Quadro 6, e em 2019, foi criado o Curso de Educação Profissional Técnico de Nível Médio em Informática, no formato regular subsequente, iniciando com 18 alunos, com o objetivo de atrair novos alunos e oportunizar um novo curso, que no cenário estadual e nacional tem uma grande procura – considerando as ofertas de trabalho nesse setor da informática.

QUADRO 6–Egressos EFA Montes Claros - Curso Técnico em Agropecuária

CURSO	ANO	CONCLUENTES
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	2011	23
	2012	12
	2013	03
	2014	02
	2015	05
	2016	06
	2017	05
	2018	08
	2019	04
	TOTAL	64

Fonte:EFA, Montes Claros/2021.

Os desafios apresentados pela equipe da EFA foram: a maior parte dos egressos não atuam na área da formação; a escola tem dificuldades financeiras para melhorar a infraestrutura; faltam recursos para aquisição de material didático e de equipamentos; faltam laboratórios técnicos; o transporte para alunos é deficitário; existe a precarização do vínculo trabalhista da equipe de monitores contratados mediante seletivo temporário pela SEDUC-PI.

Como avanços e conquistas foram elencados: o aumento do salário que estava defasado; a importância da parceria da FUNACI com a SEDUC-PI para garantir um salário melhor; o fornecimento de alimentação para os alunos; a distribuição gratuita de livros didáticos; a melhoria gradativa das instalações da escola; a possibilidade de novas melhorias através das negociações realizadas pela Associação das Escolas Famílias Agrícolas do Estado do Piauí (AEFAPI)¹¹.

Entre os desafios e avanços a perspectiva da EFA é a de que a contribuição da metodologia de ensino e a convivência interpessoal ao longo da vida escolar, com o acompanhamento, a afetividade e a escuta dos alunos, tem possibilitado aos egressos um projeto de vida que os encoraja ao prosseguimento nos estudos. Ademais, dá aos mesmos a confiança para seguir rumo à educação superior, com a evidência de vários alunos graduados nas áreas de psicologia, agronomia, licenciaturas, fisioterapia, medicina veterinária, dentre outros cursos e a pós-graduação, afora atuarem no mercado como empresários e empreendedores.

Esses dados considerados importantes, apontam a inexistência de um programa institucional de acompanhamento dos egressos. As informações a acerca dos resultados na vidas dos alunos vão se dando em razão da amizade que os profissionais mantêm com os mesmos em contatos esporádicos, o que consideram importante para ter noção dos resultados do trabalho da escola.

ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DO SONHO - TERESINA/PI- 1990

A Escola Família Agrícola do Soinho, Figura 5, foi fundada no dia 20 de outubro de 1990, ocupa uma área de 30 hectares, localizada na zona rural leste de Teresina, no Povoado Soinho, é formada por edificações que dão suporte e funcionamento às suas ações educativas.

Sobre o espaço: possui 2 salas de aulas, 1 biblioteca, 10 dormitórios masculinos - com 4 camas cada, 4 dormitórios femininos - com 4 camas cada, 1 sala de coordenação, 1 sala direção e 1 refeitório com cozinha. Foi fundada no dia 10 de outubro de 1990, com alunos concludentes da 8ª série, oriundos da Escola Agrícola Santo Afonso Rodriguez.

11 É uma associação que congrega as EFAs do Estado do Piauí.

FIGURA 5 – Entrada da EFA SOINHO



Fonte: autor\2021.

Através das Figuras 5 e 6 é possível identificar o espaço referido da EFA que ocupa uma área de 30 hectares, onde são desenvolvidas as ações educativas e as vivências práticas dos alunos, estando localizada na Rodovia PI 112 – Km 09 – Estrada da Cacimba Velha Povoado Soinho em Teresina/PI.

FIGURA 6 –Cabana da EFA



Fonte: autor/2021.

A primeira turma foi concluída em 1994, foram diplomados 15 alunos, Figura 7 (Placa). O curso tinha o período curricular de 4 anos. A escola teve papel importante na formação de monitores para as demais EFAs. Vários

concludentes foram atuar em outras escolas como monitores e professores, pois a escola funcionou como um centro de formação de monitores. A EFA foi a primeira a ser credenciada e autorizada pelo Conselho Estadual de Educação para essa modalidade de ensino técnico de nível médio no Estado, na Figura 7 identificamos a lista dos primeiros alunos diplomados.

FIGURA 7 – Placa da Primeira Turma de Técnico em Agropecuária



Fonte: autor/2021.

Desse modo, a EFA Soinho teve papel relevante e estratégico na formação de monitores que atuavam nas séries finais do primeiro grau (5ª a 8ª séries) em outras escolas, ministrando as disciplinas técnicas de agricultura e pecuária, bem como, articulando os instrumentos pedagógicos próprios da pedagogia da alternância no contexto educacional. A EFA Soinho, ao longo de seu percurso de 29 anos, contou com alunos oriundos dos Estados do Pará, Maranhão, Bahia e Amapá, além dos seguintes municípios do Piauí; União, Lagoa do Piauí, Miguel Alves, Beneditinos, Altos, Valença, Aroazes, Lagoa do Sítio, São Pedro do Piauí, Oeiras e São Raimundo Nonato.

Até 2019, pode-se somar um total de 567 alunos diplomados no Curso Técnico em Agropecuária, Quadro 7, alguns atuando na área de formação, muitos dos quais seguiram para outros ramos do mercado de trabalho e ainda para

níveis de formação superiores, nas áreas da agronomia, medicina veterinária, zootecnia, dentre outros. Destacam-se as licenciaturas, conforme informações empíricas da equipe da EFA o que reforça a importância do incentivo ao desenvolvimento do Projeto Profissional do Jovem (PPJ)¹², considerado por eles, fundamental para os passos posteriores dos egressos, o que se constitui como elemento pedagógico do processo formativo para a conclusão do curso técnico na modalidade da alternância.

QUADRO 7– Relação de Egressos da EFA Soinho

CURSO	ANO	CONCLUDENTES	ANO	CONCLUDENTES
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	1994	16	2007	29
	1995	12	2008	29
	1996	15	2009	32
	1997	17	2010	25
	1998	12	2011	26
	1999	17	2012	28
	2000	22	2013	32
	2001	20	2014	19
	2002	28	2015	33
	2003	22	2016	22
	2004	19	2017	07
	2005	34	2018	30
	2006	34	2019	22
TOTAL GERAL	567			

Fonte: EFA Soinho/2021.

Considerando a dinâmica da escola, apontaram-se os seguintes desafios: contratação temporária de professores/monitores; a dificuldade de acesso à escola por falta de transporte público; falta de recursos para a manutenção da infraestrutura e aquisição de equipamentos; falta de laboratórios especializados na área técnica; falta de material didático (livros/apostilas) para as disciplinas técnicas.

Entre os avanços: a estadualização das matrículas para a manutenção da escola; a realização de processos seletivos pela SEDUC/PI para contratação de professores/monitores; monitores com mestrado e doutorado nas áreas

12 “É uma das mediações contidas no Plano de Formação da EFA que permite o exercício de projeção de novas práticas coerentes com os princípios e perspectivas do curso. Neste sentido, o projeto profissional possibilita ao educando expressar os seus desejos de realização com as intervenções em seu meio familiar sócio comunitário, contribuindo para desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o mundo do trabalho” (BENISIO, 2018, p. 40).

técnicas; o recebimento de recursos dos programas federais (MEC) e estaduais (SEDUC) para manutenção e aquisição de internet; recebimento de recursos financeiros para reparos na estrutura e equipamentos.

ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE BAIXÃO DO CARLOS - TERESINA/PI -1985

A Escola Família Agrícola de Baixão do Carlos teve seu funcionamento iniciado no dia 07 de agosto de 1995, Figura 8, ministrando o primeiro grau de 5^a a 8^a série, lecionados até 2011, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Teresina (SEMEC). A partir de 2012 obteve o credenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação do Piauí para o Curso de Educação Profissional Técnica Técnico de Nível Médio em Zootecnia – na forma Integrado ao Ensino Médio, seguindo a metodologia da alternância, com alunos oriundos do Piauí e Maranhão.

FIGURA 8 –EFA Baixão do Carlos



Fonte: autor/2021

A propriedade em que foi construída a EFA Baixão do Carlos, Figura 8, foi comprada pelo Pe. Pietrogrande, com recursos da *Solidarite Internationales Maisons Familiales Rurales (SIMFR)*¹³. O objetivo da aquisição consistia na preocupação com a fixação das famílias rurais na região, considerando que muitos adolescentes e jovens migravam para São Paulo, por não disporem de propriedade para produção agrícola e a criação de pequenos animais. Ademais, não possuíam uma cultura agrícola, devido à proximidade com a zona urbana

¹³ Instituição criada pelas EFAs para apoio e suporte internacional, sediada na França.

de Teresina, sendo assim uma dificuldade para essa fixação. O terreno seria uma oportunidade para aprenderem o cultivo agrícola e o manejo de animais, e a escolarização com a preparação profissional.

A dimensão pastoral era preponderante na criação das EFAs no período. De modo, que há uma proximidade das sedes da EFA Baixão do Carlos e a EFA do Soinho, 12km separam as duas escolas, no entanto, os cursos técnicos são diferentes, oferecendo aos jovens duas oportunidades de qualificação distintas.

A EFA Baixão do Carlos teve dificuldades de captação de alunos no início da implantação do Curso Técnico em Zootecnia, no ano 2012, pois era um curso novo para a região. A mobilização foi feita entre ex-alunos do ensino fundamental que se matricularam e passaram a divulgar para seus amigos, familiares, contatos e moradores de povoados do entorno da escola.

A primeira turma teve 12 alunos matriculados - oriundos da região - e dos assentamentos Vale da Esperança, 8 de março, 18 de agosto, destes, 9 alunos concluíram o curso e 3 desistiram. Apresentamos abaixo Quadro 8, com os egressos de 2014 a 2019, totalizando 55 alunos diplomados em Zootecnia no período até 2019.

QUADRO 8– Egressos do Curso Técnico de Zootecnia

TURMA	ANO	CONCLUDENTES
1ª	2014	09
2ª	2015	13
3ª	2016	08
4ª	2017	08
5ª	2018	08
6ª	2019	09
TOTAL		55

Fonte: EFA Baixão do Carlos/2021

Em razão da pouca adesão na primeira turma, a EFA fez um movimento para captação e mobilização de mais alunos, com a meta de ao menos 60, visando o apoio da SEDUC, de modo que foram criados dois novos cursos regulares: o Curso Técnico em Cuidados em Idosos Integrado ao Ensino Médio em 2017 e o Técnico em Manutenção e Suporte de Informática em 2018, subsequente. Destaca-se ainda a criação do Curso Técnico em Mecânica Automotiva para o ano de 2020, realizados no CACN no Bairro Anita Ferraz, funcionando como anexos da EFA Baixa do Carlos.

Na Figura 9 temos a placa de reconhecimento e celebração pela conclusão da turma de 2019, representando todo o esforço pedagógico e a formalidade institucional.

[illegible]

A escola iniciou com uma estrutura razoavelmente adequada, e a imersão dos monitores em intercâmbios com as demais EFAs, foi fundamental, proporcionando a composição da equipe. Os primeiros monitores foram oriundos da EFA do Soinho e alguns tiveram a oportunidade de fazer intercâmbio na Itália.

Assim como as demais escolas da FUNACI, a EFA Baixão do Carlos – no início do Curso Técnico em Zootecnia – realizou a estadualização das matrículas através da SEDUC-PI, possibilitando a contratação e o pagamento dos monitores. Tais ações promoveram a adequação às exigências do financiador em relação aos processos administrativos e pedagógicos, vivenciando ao longo do tempo alguns desafios.

Sobre esses percalços vividos destacam-se: a pouca adesão para matrículas no curso de zootecnia na primeira turma; a necessidade de um número mínimo de 60 alunos para funcionamento e manutenção de turmas; a falta de transporte para os alunos; o desconhecimento dos instrumentos pedagógicos da alternância pelos monitores selecionados pela SEDUC-PI; a defasagem salarial; a grande evasão de alunos “em torno de 70%”; a falta de equipamentos de informática suficientes para os setores administrativos; a mudança no perfil dos alunos em razão da urbanização do povoado Baixão do Carlos; e ainda a precariedade do vínculo empregatício em razão de seletivo temporário da SEDUC-PI.

Observou-se ainda avanços apontados pela equipe da EFA Baixão do Carlos: a ampliação da relação de parceria com a SEDUC-PI na gestão da EFA; a aderência aos diversos programas da SEDUC/PI e do MEC, dentre eles, o Programa de Autonomia, Cooperação e Transparência das Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino do Piauí (PACTUE), o Pactue Extra, Serviços de Tecnologia pelas Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino do Piauí (PAC NET), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Programa Nacional Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o Programa Nacional Alimentação Escolar (PNAE); e ainda o acompanhamento e monitoramento das ações da EFA pela SEDUC-PI.

ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE SÃO PEDRO - SÃO PEDRO DO PIAUÍ/PI - 1985

O município de São Pedro do Piauí está situado na região do médio Parnaíba e compõe o Território de Desenvolvimento Entre Rios¹⁴, possui, conforme o censo do IBGE de 2010, uma população de 13.639 habitantes, com uma densidade demográfica de 26,32 hab/km², assim a quantidade de 8,195 equivale à população urbana e 3,544 a população rural (IBGE, 2010).

A cidade dispõe de uma situação socioeconômica em que 54% da população vive com $\frac{1}{2}$ salário-mínimo, destes, 30,59% são extremamente pobres e 89,28% são vulneráveis à pobreza. O IDHM de 0,595, considerado baixo pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (IBGE, 2010).

O município conta com 2 escolas de ensino médio, dentre elas a Escola Família Agrícola de São Pedro, Figura 10, criada e mantida pela FUNACI em 1998 através da solicitação do Arcebispo de Teresina Dom Miguel Fenelon Câmara, por intermédio da família da assistente social e professora da Universidade Federal do Piauí, Umbelina Maria Jales de Carvalho. Esta, em articulação com o Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, a EMATER e a Associação dos Microempreendedores de São Pedro do Piauí (AMESP), demandaram ao Pe. Pietrogrande a implantação de uma escola voltada para a profissionalização de adolescentes e jovens no município.

14 Composto por 31 municípios: Agricolândia, Água Branca, Alto Longá, Altos, Amarante, Angical do Piauí, Barro Duro, Beneditinos, Coivaras, Curralinhos, Demerval Lobão, Hugo Napoleão, Jardim do Mulato, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Lagoinha do Piauí, Miguel Alves, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Olho D'Água do Piauí, Palmeirais, Passagem Franca do Piauí, Pau D'Arco do Piauí, Regeneração, Santo Antônio dos Milagres, São Gonçalo do Piauí, São Pedro do Piauí, Teresina e União.

FIGURA 10 –Sede da EFA São Pedro



Fonte: autor\2021.

A Arquidiocese de Teresina acionou a FUNACI para empreender a criação da escola no município. Para tanto, foi doado um terreno de 25 hac, por Francisco Alberto Ribeiro Barbosa, e os recursos financeiros para a construção do prédio pela *Solidarite International des Maisons Familiales Rurales (SIMFR)*, que veio a ser inaugurado no dia 12 de outubro de 1999, no Povoado São Raimundo, s/n, Zona Rural de São Pedro do Piauí, com a seguinte estrutura:

QUADRO 9– Estrutura

ESPAÇO	QUANTIDADE
Sala de aula	01
Secretaria	01
Dormitório masculino	01
Dormitório feminino	01
Dormitório monitores	03
Banheiros	02
Biblioteca	01
Lavanderia	01
Cabana	01
Depósito	01
Aprisco	01
Cozinha	01

Fonte: EFA São Pedro do Piauí/2021.

No mesmo ano de 1998, foi iniciada a primeira turma com 16 alunos para a 5ª série, passando as aulas a serem realizadas na sede do Conselho de Desenvolvimento Comunitário de São Pedro do Piauí (CONDESP), realizando também cursos em parceria com o Sistema Nacional de Emprego do Piauí (SINE/

PI). Os cursos eram de: horticultura, fruticultura e artesanato. Posteriormente as novas turmas de 5ª série a 8ª série (antigo primeiro grau), e do 6º ao 9º ano do ensino fundamental até 2018, passaram para a serem realizados na sede da EFA. Os diplomas eram emitidos pela Escola Municipal Davina Veloso, a EFA funcionava como um anexo para fins legais.

Os primeiros passos para a instalação da EFA São Pedro contaram diferentemente de uma iniciativa própria da FUNACI, de uma demanda da comunidade, que por meio da Arquidiocese de Teresina, e com a mobilização da sociedade local são-pedrense, possibilitaram as condições para a inclusão e a capacitação profissional de jovens, bem como, a inserção desses no mundo produtivo no contexto do campo.

Um desafio político foi vivenciado no momento das matrículas dos alunos. Os monitores não poderiam no Povoado Brejo, a época, abordar assuntos relacionados à reforma agrária ou política partidária. O proprietário da região era radicalmente contrário a esse tipo de ação e não permitia a participação da comunidade nesse tipo de reflexão. Somente foi possível a mobilização das famílias com o apoio do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí (EMATER), para que os familiares matriculassem seus filhos e frequentassem a escola.

Após 17 anos de atuação com o ensino fundamental em regime de alternância, a gestão da escola e a direção da FUNACI decidiu implantar o Curso de Educação Profissional Técnico de Nível Médio Integrado em Agropecuária com duração de 4 anos, a primeira turma foi composta de 19 alunos, destes, somente 6 concluíram integralmente o curso, constatando um índice elevado de evasão.

As turmas, a partir de 2018, tiveram uma mudança no currículo do curso, que foi reduzido para 3 anos, decorrente de negociação com a SEDUC-PI, considerando a necessidade da redução de custos e a adequação pedagógica e curricular. Desse modo, houve a redução da carga horária aos moldes dos demais cursos ministrados pela SEDUC/PI em outras escolas da região e do Estado.

Foram criadas até o ano de 2019, três turmas, totalizando 70 alunos matriculados e 20 concludentes diplomados, conforme Quadro 10. Os alunos eram oriundos dos municípios de São Pedro do Piauí, Água Branca, Agricolândia, Francisco Ayres, Miguel Leão, Angical, Palmeirais e Regeneração.

QUADRO 10 –Egressos EFA São Pedro

CURSO	ANO	CONCLUENTES
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	2018	16
	2019	04
	TOTAL	20

Fonte: EFA São Pedro/2019.

O número reduzido de concludentes demonstra uma significativa evasão, que conforme a equipe de gestão da EFA São Pedro, pode estar relacionada à necessidade dos jovens de emprego para ajudar nas despesas pessoais e familiares, muitos jovens viajam para São Paulo, Brasília, dentre outras cidades, para trabalhos temporários afastando-se da escola.

Pontuam-se também como elementos contribuintes a pouca estrutura didático-pedagógica da escola; a insuficiência de material didático, principalmente para as disciplinas técnicas; a falta de laboratórios e equipamentos para o curso e a falta de transporte para os alunos.

Mais uma questão aventada é a disponibilização de outros programas de qualificação profissional que pagam bolsas para os alunos na região próximo a São Pedro do Piauí, a saber, algumas instituições educacionais, como: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) no município de Angical/PI e o Centro Estadual de Educação Profissional Rural em Regeneração/PI (CEEPRU).

Outrossim, foram elencadas dificuldades institucionais enfrentadas pela escola, dentre elas; a falta de recursos suficientes para manutenção e aquisição de material pedagógico para o curso; alta rotatividade dos monitores, sendo que alguns, não têm afinidade com a pedagogia da alternância; precariedade do vínculo com a EFA, em razão do contrato temporário; monitores selecionados sem conhecimento da pedagogia da alternância.

Conquistas foram elencadas como parte do esforço coletivo, dentre elas: a criação do profissional tutor noturno, monitor que dorme na escola e faz o acompanhamento dos alunos, antes os monitores reversavam nessa tarefa; a disponibilização de técnicos para as atividades administrativas e zelador; a disponibilização de internet na escola, facilitando a comunicação entre a equipe, alunos, pais, SEDUC/PI e FUNACI.

Por fim, evidencia-se ainda como benefício, a criação da fanpage da EFA para divulgar as ações da escola nas redes sociais, dando assim conhecimento do trabalho desenvolvido pela EFA São Pedro, atraindo novos alunos.

CENTRO DE APRENDIZAGEM CARLO NOVARESE - TERESINA/PI-2000

O Centro de Aprendizagem Carlo Novarese (CACN) mais um projeto do Pe. Pietrogrande foi construído, Figura 11, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDS) e inaugurado no dia 07 de fevereiro de 2000, com o objetivo de ser um espaço de treinamento e qualificação profissional, intervindo na realidade da região do bairro Anita Ferraz, na periferia de Teresina.

O referido território possuía graves problemas sociais, dentre os quais à época: a extrema pobreza, violência, desnutrição, desemprego, uso de drogas por adolescentes e familiares, desestruturação familiar, ausência de serviços públicos (escola, saúde, segurança etc.), baixa escolaridade das famílias e dos adolescentes e jovens, situações que afetavam principalmente as crianças e a juventude, de modo que a ação do CACN se propôs, desde a sua criação, a contribuir para mudar essa realidade da comunidade local.

FIGURA 11 – Construção do CACN



Fonte: Acervo do CACN\sd.

Destaca-se, desse modo, que a construção do CACN passava pelo estabelecimento de parcerias articuladas pelo Pe. Pietrogrande e pelo crivo e responsabilidade de um conjunto de instituições consolidadas que

alinhadas ao interesse de transformar a realidade de exclusão social, amplia a representatividade das mesmas no compromisso com a inclusão social e a mudança de vida de muitas famílias.

FIGURA 12 –Sede do CACN



Fonte:Acervo do CACN

Com uma área de 1.400m² de construção e salas destinadas para as ações educativas e administração, o local oferece para a comunidade um auditório com capacidade para 200 pessoas, laboratório de informática, uma estrutura inovadora para o bairro, com espaço apropriado para acolhimento e integração dos moradores nas ações educativas e de inclusão social.

Na Quadro 11 apresentamos a estrutura disponível para os serviços e projetos desenvolvidos. O CACN se constituiu numa intervenção estratégica, com vistas a provocar mudanças no contexto da realidade de exclusão social do bairro e das comunidades circunvizinhas, uma estrutura com diferencial arquitetônico e inovação na sua proposta de trabalho social, considerando a situação do território em que foi construído.

QUADRO II–Estrutura do CACN

ESTRUTURA	QUANTIDADE
Salas de aula	07
Auditório	01
Saguão	01
Sala de diretoria	01
Sala de secretaria	01
Sala da assistência	01
Laboratório de informática	01
Laboratório de mecânica	01
Cozinha	01
Almoxarifado	01
Banheiro feminino	01
Banheiro masculino	01
Banheiro de professor	01
Banheiro administrativo	01

Fonte: CACN/2021.

Uma variedade de cursos de formação inicial e continuada foram realizados no CACN ao longo do período de 2000 a 2019, visando a qualificação profissional e a inserção da população no mercado de trabalho, dentre os cursos, destacaram-se: oficinas de corte e costura, tecelagem, lanternagem e pintura de automóveis, mecânica automotiva, eletricidade, hidráulica, rebobinamento e motores elétricos, refrigeração, produção de doces e salgados, sempre em parceria com a Prefeitura de Teresina, o Governo do Estado do Piauí, o Sistema Nacional de Emprego (SINE), o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET/PI), a Fundação Wall Ferraz (FWF), organizações internacionais e empresas privadas, que sensibilizadas pela situação da população, dispunham de oportunidades para vivências práticas, estágios e contratação de jovens pelas empresas parceiras dos projetos.

Um dos projetos de profissionalização de destaque, voltado para a formação e a inserção no CACN foi o “Profissionalizar para Inserir”, que tem como objetivos; reduzir a pobreza através da qualificação profissional de jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Visa também a mobilização coletiva de atores públicos, privados e comunitários, presentes na região da Grande Socopo – por uma cultura de paz, com o apoio financeiro e técnico

institucional da ONG Suíça, Brücke Le pont¹⁵, no período de 2013 a 2019, que consistiu na realização do Curso de Qualificação em Mecânica Automotiva, Figura 13.

A formação era destinada aos jovens, homens e mulheres, na faixa etária de 18 aos 29 anos, bem como à intervenção social positiva que objetivava a promoção da cultura de paz, através da realização das atividades comunitárias para a difusão, da paz, redução do uso de drogas e da segurança na região. O apoio da Brücke Le pont possibilitou, ainda, à FUNACI processos de formação da equipe de gestão da entidade e de gerenciamento do projeto, visando o desenvolvimento institucional e a sustentabilidade do mesmo e da própria organização.

FIGURA 13 – Turma de Mecânica Automotiva CACN



Fonte: CACN/2019

15 Brücke Le pont é uma organização de ajuda privada, politicamente e religiosamente neutra fundada em 1956 na Suíça. Apoia pessoas desfavorecidas no Togo/Benin, El Salvador/Honduras, bem como no Brasil e na Bolívia, com seu programa de desenvolvimento: Trabalho com dignidade, que compreende cerca de 30 projetos, é composto por um escritório com dez funcionários qualificados, um conselho como órgão estratégico, uma comissão de projeto de especialistas externos e uma base ativa, é uma ONG financiada por doações de indivíduos, fundações, empresas, paróquias e contribuições do setor público. A Agência Suíça de Desenvolvimento e Cooperação (COSUDE) apoia Brücke Le pont com contribuição de programa plurianual. Disponível em: <https://www.bruecke-lepont.ch/pt/Acesso em 28\10\2021>.

O CACN como serviço da FUNACI priorizou ao longo do tempo ações duradouras, capazes de criar as condições dignas de vida ao público atendido, através da participação da comunidade nos projetos educacionais focados no desenvolvimento profissional e na inserção no mercado de trabalho, destacando-se a preocupação, de não só promover o treinamento, mas também articular o processo de ensino com a vivência no ambiente produtivo e a inserção destes alunos no mundo do trabalho.

Ao longo da trajetória, pode-se constatar que muitos beneficiários foram inseridos, contratados pelas empresas em que estagiaram ou que vivenciaram experiências práticas de ensino-aprendizagem no trabalho. Ademais, vários deles criaram seus próprios negócios nas áreas de produção de bens, prestação de serviços e comercialização, o que demonstra a efetividade das ações executadas com a formação inicial e continuada, conforme dados da Quadro 12, no período de 2000 a 2019.

QUADRO 12–Resultados

Ano	Quantidade Cursos Realizados	Nº de participantes envolvidos	Estimativa de Inserção Mínima de 40%	Eventos (Nº de part.)	Total Participantes (Cursos e eventos)
2000	32	825	412	445	1.270
2001	39	700	350	430	1.130
2002	49	1.957	978	459	2.416
2003	48	1.117	558	1.446	2.563
2004	31	736	368	1.349	2.085
2005	25	463	231	1.237	1.700
2006	27	572	286	3.326	3.898
2007	25	419	209	1.042	1.461
2008	26	433	216	936	1.369
2009	28	428	214	1.159	1.587
2010	26	610	305	2.119	2.729
2011	30	551	275	8.413	8.964
2012	32	573	286	990	1.563
2013	26	513	256	4.091	4.604
2014	27	490	245	2.633	3.123
2015	21	415	207	1.560	1.975
2016	22	483	241	1.585	2.068
2017	20	483	241	1.500	11.983
2018	05	183	51	2.100	3.300
2019	04	262	35	2.250	3.900
TOTAL	534	11.768	5.878	34.720	56.488

Fonte: Relatório CACN/2021.

Os avanços alcançados neste percurso de 19 anos, afora os dados quantitativos elencados nos inúmeros projetos de qualificação, foram qualitativos, dentre os quais: a contribuição do CACN para a melhoria das condições de vida da população – através da qualificação profissional; o reconhecimento técnico da FUNACI pelo poder público em relação às ações executadas na região; o fortalecimento dos vínculos sociais com a população pelos serviços sociais prestados; a contribuição da entidade para implementação de serviços públicos na região: escola, creche, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Unidade Básica de Saúde (UBS), Delegacia de Polícia, quadras poliesportivas, campos de futebol, urbanização etc; desenvolvimento da expertise da FUNACI no atendimento às demandas de populações em situação de extrema vulnerabilidade social; a consolidação do índice de inserção dos participantes nos cursos profissionalizantes no mercado de trabalho, em 84%; a criação do setor de captação de vagas e parcerias para inserção no mercado de trabalho; e ainda, o funcionamento dos Cursos Técnicos de Educação Profissional Integrados ao Ensino Médio (CACN anexo da EFA Baixão do Carlos).

ESCOLA FAMÍLIA DE TURISMO - TERESINA/PLAUI-2005

A Escola Família de Turismo – EFTUR, fundada em 25 de abril de 2005, foi inspirada na Pedagogia da Alternância, seguindo o modelo desenvolvido no *Instituti Professionali di Stato Per i Servizi Albergueri e Della Ristorazione*¹⁶ (IPSSAR Giuseppe Maffioli /Itália), com seu apoio e do MEPES, que também implantou a sua Escola de Turismo no mesmo período, constituindo-se na FUNACI uma espécie de experimento para fomentar a inserção de jovens rurais e urbanos na área do turismo no Piauí.

O processo de implantação da EFTUR, se deu, inicialmente, com a formação dos monitores, em fevereiro de 2005, dentre os quais; Wilson Paz de Araújo (PI), Alberto Hamilton Pinheiro (ES), Fernanda Betholdi De Nadai (ES) e Luciana Silva (PI), Figura 14. Estes profissionais viajaram à Itália, para vivenciar e conhecer a metodologia de trabalho desenvolvido pelo I.P.S.S.A.R Giuseppe Maffioli, o objetivo do intercâmbio foi conhecer, compartilhar e aprofundar os aspectos técnicos, didáticos e pedagógicos, dentro da experiência exitosa do Instituto, e levantar a dinâmica possível de adaptação para o processo de criação e efetivação da EFTUR contextualizada à realidade do Piauí.

16 Instituição pública de educação profissional na área de turismo do Governo Italiano.

FIGURA 14 –Primeira Equipe de Monitores



Fonte: EFTUR/2005.

Após o retorno da equipe, em Teresina/PI, a FUNACI contou com o apoio da Prefeitura Municipal de Teresina (PMT) através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEMDEC), responsável pelo setor de turismo na cidade, bem como o apoio dos municípios e organizações locais de Pedro II/PI e Parnaíba/PI, onde foram realizadas as primeiras turmas do Curso de Qualificação em Turismo com Habilitação em Hotelaria e Gastronomia.

Também foram estabelecidos parcerias e convênios com a Associação Brasileira da Indústria Hoteleira do Piauí (ABIH-PI), a *Solidarité Internationale des Maisons Familiales Rurales – (SIMFR França)* e a PIEMTUR, Empresa de Turismo do Estado do Piauí, com aporte de recursos e espaços para vivência prática dos alunos.

O início das ações se deu através da realização do Curso de Qualificação em Turismo com Habilitação em Hotelaria e Gastronomia, com a carga horária de 1.228 h/a no ano de 2005. O curso contou com o financiamento da SEMDEC e da SETUR, tendo certificação ao final como FIC. Abaixo apresentamos a quantidade de egressos por ano dos cursos de qualificação, totalizando 370 jovens capacitados.

QUADRO 13–Egressos Curso de Qualificação EFTUR

CURSO	ANO	CONCLUDENTES
Curso de Qualificação em Turismo com Habilitação em Hotelaria e Gastronomia	2005	31
	2006	27
	2007	55
	2008	40
	2009	24
	2010	31
	2011	18
	2012	14
	2013	18
	2014	14
Curso de Gastronomia Regional/Doces Massas e Salgados (Projeto Solidariedade e Progresso)	2015	23
	2011	38
TOTAL GERAL	2012	38
		370

Fonte: EFTUR/2021.

Em 2012 foi criado o Curso de Qualificação em Gastronomia Regional de Doces, Massas e Salgados, formando 2 turmas com 75 mulheres residentes no entorno da EFTUR, no bairro Socopo, com o objetivo de capacitá-las e proporcionar a inserção no mundo produtivo, através da criação de uma cooperativa. Este último objetivo não se concretizou, visto que, após o treinamento várias mulheres permaneceram produzindo e comercializando na região como forma de geração de renda.

A partir de 2013 a EFTUR iniciou o Curso de Educação Profissional Técnico em Eventos, Integrado ao Ensino Médio, passo importante para a qualificação técnica com reconhecimento e validade nacional. Em 2016 foi criado um Curso de Educação Profissional Técnico em Restaurante e Bar, numa nova forma, subsequente ao Ensino Médio, um dos objetivos era possibilitar que os egressos do curso de eventos pudessem participar e ter uma nova habilitação, até 2018 os alunos foram diplomados pela EFA Soinho.

QUADRO 14–Egresso Cursos Técnicos - EFTUR

CURSOS	ANO	CONCLUDENTES
Curso Técnico em Eventos Integrado ao Ensino Médio	2015	07
	2016	05
	2017	09
	2018	21
	2019	27
Curso Técnico em Restaurante e Bar Subsequente ao Ensino Médio	2016	20
	2017	26
	2018	21
	2019	28
TOTAL GERAL		164

Fonte: EFTUR/2021.

No ano de 2019, teve a criação do Curso de Educação Profissional Técnico em Cozinha, Integrado ao Ensino Médio, alinhado à estratégia de inserção no mercado de trabalho de Teresina/PI, pois a EFTUR, como alternativa ao Curso Técnico em Eventos, teve dificuldades para o estabelecimento de parcerias para estágio e a inserção de vivências práticas dos alunos, pelo pouco conhecimento das empresas sobre a escola, de maneira, que a avaliação feita pela equipe. Na situação houve a necessidade de oportunizar outro curso aos egressos.

Pontua-se aqui que, a EFTUR é uma escola que utiliza a metodologia da alternância e do ensino regular subsequente, adaptadas à realidade urbana e rural, considerando que o perfil dos alunos em sua maioria é de jovens oriundos do campo, e que não tiveram vivência na agricultura ou na pecuária, mas que buscam alternativas profissionais, afora os alunos da periferia de Teresina/PI.

Dessa maneira, os cursos foram direcionados ao mercado de trabalho na área do turismo, hotelaria, eventos, gastronomia e bar e restaurante, possibilitando aos egressos uma ampla gama de oportunidades de emprego nos negócios instalados nas zonas urbanas e rurais, com destaque para o crescimento de empresas rurais com foco em lazer, cultura, esportes e gastronomia típica.

Os desafios elencados no período de 2005 a 2019 pela equipe da EFTUR foram; a estrutura física inadequada da escola, antes funcionava no prédio de uma casa de freiras adaptada para o funcionamento da escola; falta de laboratórios técnicos (alimentos/cozinha); pouco conhecimento do mercado sobre a EFTUR; pouca absorção de alunos egressos do curso técnico em eventos; dificuldades na captação de alunos na região onde se situa a escola; dificuldades dos alunos urbanos se adaptarem a metodologia da alternância; desistência de muitos alunos em razão da metodologia de ensino; dormitórios insuficientes para o número de alunos.

Os avanços apontados foram; a estadualização das matrículas; a contratação de monitores pela SEDUC/PI; o acesso aos programas do MEC e da SEDUC/PI; a criação do conselho escolar em 2018; a realização de mudanças na captação de alunos baseadas nas demandas do mercado; o acesso à internet na escola; maior adesão das empresas aos atuais cursos ministrados na EFA.

GÓLGOTA: A MÍSTICA DA FUNACI

A FUNACI é movida por um propósito, daí seus membros compreenderem-se como funacianos, guiados por um desejo profundo de fazer o bem, promover a justiça, cuidar das pessoas, acolhendo seus sofrimentos e potencializando suas capacidades para a transformação da realidade.

Pe. Pietrogrande, como jesuíta, tinha na espiritualidade a força que o guiava no caminho do fazer pastoral e social, como ele mesmo dizia: crescer e fazer crescer, não só na dimensão material, mas antes e junto, na força interior, na autoestima, no autodesenvolvimento, no crescimento espiritual e moral, aqui entendido como vivência dos valores cristãos, como experiência de Deus na própria vida e na comunidade.

Os projetos, as escolas e demais ações desenvolvidas foram impulsionadas pelo espírito da caridade e do amor fraterno, não do assistencialismo, mas de ensinar a pescar, e proporcionar aos necessitados



a emancipação conhecimento, pelo trabalho, pelo seu esforço, sendo a FUNACI um instrumento e meio, para o fim o autodesenvolvimento das pessoas, de suas comunidades, da sociedade em geral.

A vivência comunitária com a gestão participativa marca a caminhada da instituição, bem como o interesse permanente de proporcionar a preparação da equipe para que possam suprir às necessidades institucionais. Deus prepara os que precisa, desse modo, a FUNACI proporcionou intercâmbios com outras organizações nacionais e internacionais, “ide e anunciai”, palavras de Cristo que ao longo da caminhada demonstram a FUNACI como parceria e colaboradora, para o surgimento de outras organizações no Piauí e no Brasil, bem como, recebendo apoios e fortalecendo o seu próprio desenvolvimento.

O Gólgota foi a última obra do Pe. Pietrogrande, o lugar para o descanso para a retroalimentação espiritual, como sacerdote, o “lugar” para a alimentação para renovação da fé e da esperança, sendo também sua moradia. Na caminhada cristã significa o lugar da caveira, o lugar da morte, que não é o fim, mas o renascimento das forças, da vitalidade e da razão do ser da própria fé cristã.

A FUNACI nos seus 30 anos de caminhada experimentou muitos desafios, dentre os quais a sustentação das próprias obras, a confiança na providência divina. A esperança sempre esteve presente atenuando os desafios, fortalecendo o sentido e significado das obras e preparando todos para a superação dos desafios pela oração e ação. O Gólgota é a memória materializada da esperança que move a instituição no seu trabalho social.

“Não fostes vós que me escolhestes, mas fui Eu que vos escolhi” (Jo 15,16), confirmação para a missão de cuidar, amar, fazer o bem e de promover a justiça, garantindo às pessoas, por meio de suas ações, o acesso aos direitos humanos de educação, saúde e assistência social, fundamentais para a superação da extrema pobreza – a qual muitos vivem expostos nas áreas de atuação da FUNACI. Pe. Pietrogrande em sua dinâmica de vida pessoal, pastoral e social é testemunho da prática da missão cumprida, missão que segue por intermédio de toda a equipe da instituição e de seus inúmeros projetos e resultados.

RESILIÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO NA CAMINHADA

A FUNACI, como uma organização de caráter socioeducacional sem fins econômicos, tem em sua trajetória de mantenedora de unidades escolares vocacionadas à preparação para o trabalho, a incidência social transformadora de vidas, enquanto demandante e ofertante de ações de educação na sociedade piauiense. Destaca-se a materialização de sua expertise em estratégias educativas na promoção da inclusão social, na garantia de direitos e o fortalecimento da identidade política de uma metodologia de ensino que articula as relações

de trabalho-educação no campo e na cidade. Ela promove essas ações numa dinâmica que possibilita aos alunos a construção de um projeto de existência pessoal, social e cultural (projeto de vida), capaz de mudar realidades de exclusão social e vulnerabilidades, a partir do empoderamento do sujeito por meio do conhecimento escolar e científico.

As escolas família representam o movimento vivo e contínuo da resistência e da luta da sociedade civil, das comunidades rurais e urbanas e dos próprios jovens em busca um processo de aprendizagem que seja articulado com a vida concreta, no protagonismo e no exercício pleno da cidadania, na inserção profissional no mundo do trabalho, com valores humanos que garantam a sua emancipação, enquanto construção da existência nas contradições da sociedade capitalista.

As EFAs mantidas pela FUNACI, foram – ao longo de sua caminhada, pautando-se na escuta das necessidades vivenciadas em seus territórios, na realidade da escassez, procurando – na construção sólida de parcerias – as alternativas viáveis, que lhes assegurassem nestes 30 anos, a manutenção do seu projeto pedagógico e institucional, com financiamento internacional, convênios e termos de parceria com o poder público municipal, estadual e federal, visando sempre, assegurar aos adolescentes e jovens o acesso à educação e a educação profissional, integrada ao contexto da própria vida comunitária no campo e do desenvolvimento sustentável de processos educativos que lhes permitisse a formação humana integral, bem como prosseguir nos estudos.

As relações coletivas de aprendizagem, a transmissão e a produção do conhecimento nas escolas e os vínculos interinstitucionais construídos foram fundamentais para o alcance dos resultados; na vida dos monitores, dos alunos, dos gestores e dos apoiadores, como pudemos identificar, nas percepções dos membros da FUNACI e dos egressos, bem como nos desafios elencados e nos avanços conquistados, apontando para uma maturidade institucional e um compromisso ético-político, com uma educação da e para a vida, a cidadania e o trabalho.

Nesse sentido, a experiência das escolas família (rural e urbana) e do centro de aprendizagem apontam para a possibilidade de aproximação real (teórico-prática) de concretização dos objetivos da educação básica estabelecidas na LDB nº 9.493/1996 (BRASIL, 1996).

O desvendamento da trajetória de cada unidade de ensino da FUNACI possibilitou a compreensão do seu campo político pedagógico, tendo a centralidade na formação humana integral de todos os sujeitos do processo educativo, um percurso de retro- aprendizagem e, portanto, transformador, que se dá desde a identificação da necessidade de implantar uma unidade

educacional. Para isso conta com a participação da comunidade, da sociedade local, e a efetiva colaboração dos participantes na configuração dos projetos e obras, bem como foca na construção dos projetos pedagógicos, na formação permanente dos educadores (monitores) e o acompanhamento das famílias, mediados pela práxis e valores da experiência da alternância.

Esses valores são reforçados inclusive no centro de aprendizagem, que mesmo não trabalhando a alternância, diretamente, tem uma perspectiva de vivência teórico e prática nos processos de formação profissional, integrando as empresas e o setor produtivo como parceiros estratégicos, assegurando uma melhor absorção dos egressos dos cursos profissionalizantes no mercado de trabalho e no empreendedorismo social.

Na trajetória da FUNACI identificamos a busca permanente pela sustentabilidade das unidades educacionais, de maneira, que a construção de parcerias esteve alinhada e até mesmo atrelada ao desenvolvimento da expertise gerencial focada em resultados sustentáveis, na transparência, nas relações sólidas, éticas e comprometidas com os beneficiários, os parceiros, e financiadores. Os desafios que se apontam para o futuro foram evidenciados na necessidade de atualização e reconfiguração pedagógica, a ampliação do arcabouço teórico e político sobre a EPT no país, no Piauí e na instituição fortalecendo sua atuação no debate das políticas públicas de educação profissional, bem como a melhoria contínua das estruturas físicas e pedagógicas das escolas assegurando melhores e modernas condições para os alunos e os profissionais.

O papel do Pe. Pietrogrande na configuração da FUNACI materializou nesses 30 anos de caminhada uma vocação sustentável para a promoção humana e o exercício da cidadania em sua plenitude - crescer e fazer crescer.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Auxiliadora C.N. **Educação profissional técnica de nível médio no Estado do Piauí- dos anos noventa aos dias atuais.** Teresina. 2021.

ANDRADE, R. P.; ARNAUT DE TOLEDO, C. de A. História da educação, instituições escolares, fontes e pesquisa em arquivos na região oeste do Paraná. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 175-199, 2014. DOI: 10.5965/1984723815282014175. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723815282014175> . Acesso em: 11 ago. 2021.

BENISIO, Joel Duarte. **Mediações Pedagógicas.** MEPES, Piúma. 2018. Disponível em: <https://www.mepes.org.br/documentos/acervo/docs-pedagogicos/MEDIACOES-PEDAGOGICAS.pdf> Acesso em: 27 set. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.566.** Presidência da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro/RJ, 1909. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf Acesso em: 15 Set. 2021.

BRASIL. **Perfil Territorial Vale do Sambito.** Secretaria do Desenvolvimento Territorial/Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília/DF, 2015. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_164_Vale%20do%20Sambito%20-%20PI.pdf Acesso em 31/08/2021.

BRASIL. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. 2009. Brasília: MEC, SETEC, 2009. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/issue/view/75> ,Acesso em: 28 ago. 2021.

CARVALHO. Marcelo Augusto Monteiro de. **Nilo Peçanha e Sistema Federal de Escolas Aprendizes e Artífices (1909 a 1930).** 2017. 305 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo/ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-19092017-143941/publico/2017_MarceloAugustoMonteiroCarvalho_VOrig.pdf Acesso em: 12 set.2021.

ESAR - ESCOLA SANTO AFONSO RODRIGUEZ. **A história da Escola Santo Afonso Rodriguez (ESAR)**. Teresina. Institucional. Disponível em: <http://www.esar.org.br/> Acesso em: 16 set. 2021.

GATTI JÚNIOR, D. História e historiografia das instituições escolares: percursos de pesquisa e questões teórico-metodológicas. **Revista Educação em Questão**, v. 28, n. 14, 15 jun. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemqu%20estao/article/view/4469> Acesso em: 11 ago. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades – Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: 15 set. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Semiárido brasileiro: o que é**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutur territorial/15974-semiarido-brasileiro.html?=&t=o-que-e> Acesso em: 27 set. 2021.

JUNIOR, Décio Gatti. GATTI. G.C do Vale. A história das instituições escolares em revista: fundamentos conceituais, historiografia e aspectos da investigação recente. **EDUCATIVA | Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE | Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia**, v.17, n. 2, p. 327-359, 2015. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/4553/2591> , Acesso em <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/4553/2591>: 11 ago. 2021.

NOSELLA. Paolo. BUFFA. Ester. Instituições escolares: por que e como pesquisar. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, v. 3, n. 5. 2008. Disponível em: <https://seer.utp.br/index.php/a/article/view/1791> Acesso em 11 ago. 2021.

PIAUI. **Educação Profissional de Nível Médio e Arranjos Produtivos no Piauí: Estudos Preliminares**. CEPRO – Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais, Governo do Estado do Piauí. Teresina, PI. 2017.

PIAUI. **Educação Técnica e Profissional avança no Piauí**. Secretaria de Estado da Educação do Piauí, Teresina/P, 2021. Disponível em: (<https://seduc.pi.gov.br/noticia/Educacao-Tecnica-e-Profissional-avanca-no->

Piauí-/8723/. Acesso em 25/08/2021.

PIAUÍ. **Lei 6.967, de 03 de abril de 2017**. Estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências. Governo do Estado do Piauí, 2017. Disponível em: <http://www.seplan.pi.gov.br/ppt.php> Acesso em 12 set. 2021.

PIAUÍ. **O IDHM nos municípios dos Piauí, por território de desenvolvimento**. CEPRO – Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais, Governo do Estado do Piauí. Teresina, PI. 2016. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201702/CEPRO20_5e483dee73.pdf Acesso em: 15 set. 2021.

PIAUÍ. **Projeto Piauí: Pilares de crescimento e inclusão social**. Secretaria de Estado da Educação, 2017, Teresina/PI. Disponível em: http://www.ipf.seplan.pi.gov.br/media/uploads/tdr_educacao_profissional_sbqc.pdf Acesso em: 25/08/2021.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil. **O que é o IDHM**. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html> Acesso em: 27 set. 2021.

SEDUC. **Escolas técnicas rurais transformam vidas no Piauí**. Disponível em: <https://www.pi.gov.br/noticias/escolas-tecnicas-rurais-transformam-vidas-no-piaui/> Acesso em: 27 set. 2021.

SILVA, Ariosto Moura da. **A Trajetória sócio-histórica da educação em alternância no Piauí**. Relatório para Exame de qualificação. Curso de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Piauí, 180p. Teresina. 2005.

SOBRE OS AUTORES

Narcizo de Souza Chagas

Licenciatura em Pedagogia (UNISA), Bacharelado em Relações Internacionais (UNINTER), Especialização em Gerenciamento de Projetos (UNIDOM), Especialização em Gestão de Pessoas (UNIDOM) e Especialização em Gestão e Supervisão em Sistemas Educacionais e Empresariais (UVA-CE), Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (IFPI)

Juscelino Gomes Lima

Licenciatura em Geografia (UFPI) e Licenciatura em Letras/Português (UESPI), Mestrado em Geografia (UVA-CE), Doutorado em Desenvolvimento Regional (UNISC)

Jeferson Luís Marinho de Carvalho

Bacharelado em Administração (UFPI) e Ciências Contábeis (UFPI), Mestrado em Educação (UNISINOS), Doutorado em Educação (UNISINOS).

O tema da obra “FUNACI 30 Anos: trajetória e contribuições para educação profissional piauiense” é uma iniciativa de admirável relevância para o jeito especial de ser e fazer funaciano, ou seja, dos membros e apoiadores da FUNACI. O livro traz, aos leitores, uma visão panorâmica de como se deu a inspiração à oferta colaborativa de Educação Profissional para os jovens Piauienses, com as contribuições da organização ao longo dos seus 30 anos de constituição jurídica.

Nesse sentido, as perspectivas trazidas por esta obra chamam nossa atenção para a importância porane de reflexão sobre o arcabouço educacional semeado e desenvolvido em solo piauiense, a partir de meados de 1986. Menciona-se, pois, que, o padre missionário jesuíta, Humberto Pietrogrande, em face de uma realidade desafiadora e uma juventude sedenta de desenvolvimento integral, sentiu o chamamento a instalar uma pedagogia diferente das já vistas aqui no Piauí, mas com importantes resultados registrados no estado do Espírito Santo, unidade federativa que introduziu no Brasil essa forma diferenciada em educar, a pedagogia da alternância.

